



COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

CNPJ: 00.070.698/0001-11

Setor de Indústria e Abastecimento - SIA - Setor de Áreas Públicas, Lote C

CEP: 71.215-902 - Brasília - DF - Telefones: 3465 9604 e 4465 9602

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2015

I. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas, De acordo com a legislação vigente e com as disposições estatutárias, temos a honra de apresentar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB e os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. O ano de 2015 foi um período de grandes desafios e também de oportunidades. Desafios, principalmente, para garantir energia elétrica a toda população brasileira, apesar dos graves problemas hidrológicos verificados ao longo do ano, e também na condução do processo de prorrogação das concessões de empresas distribuidoras de energia elétrica, entre elas, a da CEB Distribuição S.A. Ainda em 2015, vivenciamos uma queda no consumo de energia, aliás, a maior desde o racionamento ocorrido em 2001. A crise econômica e os aumentos na conta de energia levaram o consumidor a mudar de hábitos e o país a registrar uma redução de 1,8% no mercado nacional. De acordo com dados do Operador Nacional do Sistema – ONS, a retração nas regiões sudeste e centro-oeste foi de 3,2%, regiões responsáveis por 60% do consumo do país. No âmbito da área de concessão da CEB Distribuição S.A., a diminuição no consumo, em GWh, foi de 1,3%. Esta redução poderia ter sido maior, caso a Empresa não tivesse experimentado um aumento de 3,2% no número de unidades consumidoras. Oportunidades, porque o presente exercício foi um ano de ajuste para o setor. No bojo desse processo, foram introduzidas as chamadas bandeiras tarifárias, bem como foi promovido pelo Órgão Regulador uma Revisão Tarifária Extraordinária, reduzindo, assim, o descausamento entre tarifas e os custos relativos à compra de energia, que tiveram expressiva elevação com o uso das termelétricas e em função do aumento do dólar. Em termos econômicos, o Brasil viveu a pior recessão desde os anos 90. Sua classificação de risco foi rebaixada por duas instituições (Standard & Poor's e a Fitch). Teve reduzida sua confiança no setor industrial e diminuídas as expectativas da sociedade de uma forma geral, além de não ter conseguido realizar o superávit prometido. As consequências foram uma inflação oficial registrada em 2015 que chegou a 10,67%, a maior dos últimos 13 anos, enquanto a do Distrito Federal alcançou 11,95%, a mais alta do país; o aumento da dívida pública que alcançou 66,2% do PIB; a redução do PIB em -3,8%; e o crescimento da taxa de desemprego, terminando o ano em 9%. Não obstante as vicissitudes decorrentes do contexto macroeconômico comentado, a Administração não mediu esforços para dar uma dimensão à gestão e ao melhor desempenho em todos os setores de todos os seus negócios. Com efeito, terminamos o exercício de 2015 com a certeza e a plena convicção de que fizemos o máximo para contornar o contexto que, repete-se, foi bastante hostil. Os números apresentados na tabela seguinte sintetizam os bons resultados consignados pelo Grupo CEB no exercício-fimdo:

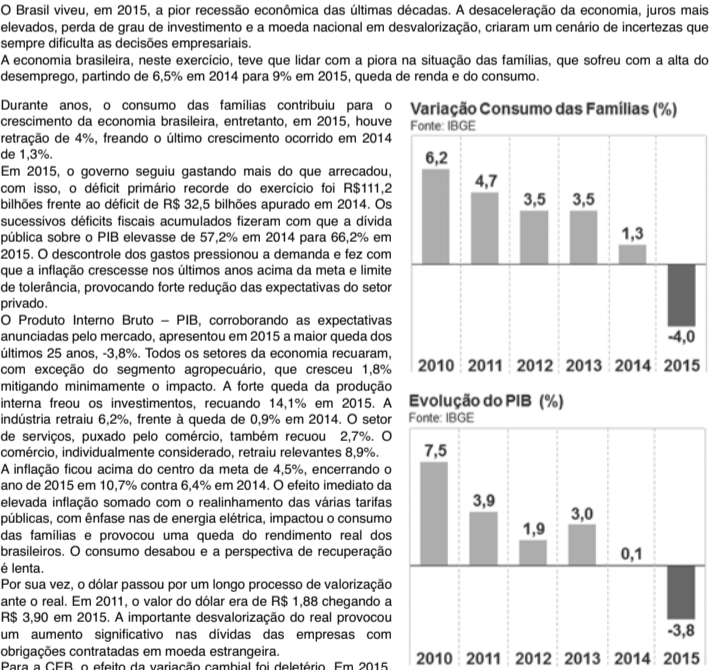
Table with 4 columns: (R\$ Mil), Representado, 2015, Δ (R\$). Rows include Receita Operacional Líquida, Custo/Despesa Operacional, EBITDA, Lucro Líquido/Prejuízo Consolidado, Investimentos, Patrimônio Líquido.

Esses resultados não teriam sido alcançados se não tivéssemos implementado um rigoroso programa de redução de custos e de despesas operacionais ao longo do ano de 2015, que mitigaram a tendência crescente das despesas, com o objetivo precípuo de eliminar desperdícios e melhorar a eficiência operacional. Destacam-se:
- Redução do quadro de empregados em comissão, com economia financeira anual de R\$ 3,42 milhões, representando 31,5% de redução em relação a 2014.
- Assinatura, em dezembro de 2015, do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da CEB Distribuição S.A., que prorrogou a outorga por 30 anos, até 7 de julho de 2045.
- Trânsito em julgado da Ação de Declaração de Inconstitucionalidade das Leis Distritais nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, que obrigava a Empresa, às suas expensas, manter plano de saúde não contributivo para empregados aposentados e respectivas famílias; e
- Conclusão das customizações para implantação do novo Sistema Integrado de Gestão da Companhia (ERP fornecido pela SAP/Inárida). O início da operação efetiva ocorreu em janeiro de 2016.
- Recebimento do Prêmio IASO – Índice de Satisfação do Consumidor 2015, conferido pela ANEEL à CEB Distribuição S.A., como a melhor concessionária do Centro-Oeste na categoria acima de 30 mil consumidores;
- Elaboração e implementação de Plano de Resultados (2015-2016), mediante negociação com a ANEEL, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento aos clientes, a qualidade do serviço prestado, o atendimento dos indicadores econômico financeiros, bem como os de segurança dos empregados e usuários do serviço de energia elétrica;
- Introdução do orçamento empresarial como instrumento que permitirá o controle e acompanhamento mensal dos resultados;
- Atualização e otimização da estrutura organizacional da Companhia com redução de custos e aumento da agilidade gerencial e, principalmente, a criação de uma diretoria comercial para melhorar as relações comerciais, aproveitar oportunidades de aumento de receita e dar primazia ao adequado atendimento do consumidor; e
- Introdução dos primeiros passos para implantação de uma nova cultura empresarial, voltada para a valorização do ser humano, da meritocracia e estímulo ao autoenvolvimento.

No que se refere à qualidade do serviço de fornecimento de energia, mesmo com os efeitos prejudiciais provocados pela pior recessão ocorrida em novembro de 2015, o indicador Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEIC – anulado o ano com 15,6 horas, ou seja, em média, 1,30 hora por mês. Por sua vez, o indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC terminou o ano com 11,7 interrupções, que corresponde a 0,98 interrupções por mês. Em ambos os indicadores a Concessionária conseguiu encerrar o ano com resultados mais significativos do que os do exercício anterior e, inclusive, melhores do que as metas pactuadas com a ANEEL, por meio do Plano de Resultados. No que tange ao investimento, não obstante a crise financeira experimentada, foram aplicados R\$ 78,7 milhões. Este montante foi destinado à expansão e melhoria e modernização da rede de energia elétrica. Em síntese, os resultados obtidos pela CEB neste exercício de 2015 mostram a árdua tarefa de reconstruir uma Companhia. Embora se verifiquem evidências inequívocas de melhorias operacionais e econômico-financeiras, o excessivo endividamento e os desajustes do passado comprometem sua performance. As expectativas para o ano de 2016 são bastante positivas pelos seguintes motivos principais: continuidade da busca por melhorias operacionais e financeiras; possibilidade de redução significativa do nível de endividamento da Companhia, em função dos recursos oriundos de alienações das participações societárias em empresas de geração de energia e distribuição de gás; redução expressiva dos custos do serviço de energia elétrica; possibilidade de realização de um programa de investimento mais robusto; e, ainda, pelo retorno de um novo ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento. Espera-se, assim, um avanço substancial no desempenho global da Companhia no próximo exercício. Finalmente, a Companhia Energética de Brasília – CEB agradece aos seus consumidores, fornecedores, acionistas, colaboradores e à população do Distrito Federal pela confiança depositada em sua gestão, ao tempo em que reafirma seu compromisso irrevogável de continuar prestando os serviços de energia elétrica com qualidade e confiabilidade, tarifas justas, inovação tecnológica, ética e transparência.

FRANCISCO A. S. SANTIAGO – Presidente do Conselho de Administração

II. CENÁRIO MACROECONÔMICO

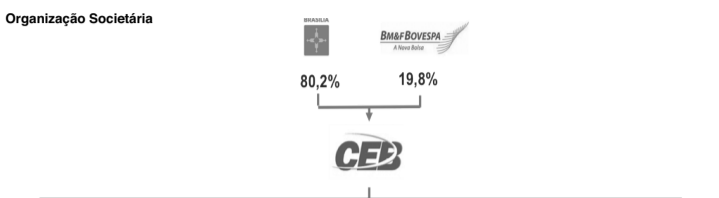


Para a CEB, em particular a CEB Distribuição S.A., o cenário de aumento nos juros criou empelhos importantes, uma vez que a controlada necessita de avançamento financeiro no curto prazo para garantir o atingimento das metas contratuais previstas no Quarto Termo Aditivo do Contrato de Concessão. O cenário adverso de juros crescentes onera os custos financeiros pressionando, sobremaneira, o fluxo de caixa da empresa. Perspectivas macroeconômicas: As perspectivas para o ano de 2016 permanecem abaixo do desejado. Tanto o Banco Central quanto os demais agentes econômicos, preveem queda importante para o produto interno bruto – PIB e novo déficit primário em 2016. Significa dizer que se vislumbra o prolongamento da recessão. Pelos dados do Banco Central, a Taxa Básica de Juros – SELIC, pelo menos até meados de 2016, deverá ficar inalterada em torno de 14,25%. Em resumo, o PIB deverá ainda ser negativo em 2016; a inflação poderá recuar, mas deverá terminar o ano acima do centro da meta de 4,5%; o dólar deverá sofrer leve valorização; e o desemprego tende a continuar subindo. Com uma solução para a crise política que ora se apresenta, as perspectivas poderão se alterar substancialmente. O fator mais importante que definirá o crescimento de 2016 será o nível de confiança da economia. Reformas estruturais nos gastos públicos e uma política fiscal consistente, que de fato entregue a meta de superávit primário são fundamentais para reversão das expectativas.

III. PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia Energética de Brasília – CEB originou-se da Companhia de Eletricidade de Brasília, criada em 16 de dezembro de 1968, oriunda do Departamento de Força e Luz da Novacap. No início da década de 1990 a CEB passou a investir em novos negócios, obtendo concessão de gás canalizado em 1993 bem como participação em consórcio de aproveitamento hidrelétrico, em 1994. No ano de 2006, atendendo ao disposto na Lei nº 10.848/2004 e na Resolução Autorizativa nº 318/2005 – ANEEL, a CEB foi submetida a uma reestruturação financeira, passando a ser controlada pelas concessões de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, de geração das Usinas Hidrelétricas do Paraná e Termelétricas de Brasília, e de geração da Usina de Queimado (parte da CEB no Consórcio Cemig/CEB), para as empresas CEB Distribuição S.A., CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A. Dessa forma, a CEB tornou-se controladora de empresas nos ramos de distribuição e geração de energia elétrica, tendo também participações em empresas coligadas, controlada em conjunto e ligada. Estrutura Societária: A Companhia Energética de Brasília é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), sob o regime fiscalizador de suas ações mercadoriais, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde seu registro na entidade, em 4 de julho de 1994. Em atendimento à orientação da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA), por intermédio do Ofício nº 041/2007 – SEO, de 15 de março de 2007, Dessa forma, foi adotada a cotação unitária, passando o seu capital social a ser representado por 9.183.458 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.576.432 ações ordinárias, 1.313.002 ações preferenciais classe A e 3.294.024 ações preferenciais classe B. Em 23 setembro de 2015, a 89ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE homologou o aumento de capital da CEB em R\$ 223.969.100,00, mediante as subscrições particulares de 2.607.746 ações ordinárias e de 2.625.179 ações preferenciais classe B. Atualmente, o capital social da CEB, no montante de R\$ 566.025.355,62 (quinhentos e sessenta e seis milhões, vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), apresenta a seguinte composição:

Composição Acionária (Controlador) table with columns: Acionistas, Ações Ordinárias, Ações Preferenciais, Ações Totais. Rows include Governo do Distrito Federal, Outros Acionistas, Total.



Dados Econômico-Financeiros Consolidado table with columns: (R\$ Mil), Representado, 2014, 2015, Δ (R\$). Rows include Receita Operacional Bruta, Receita Operacional Líquida, Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos, EBITDA, EBITDA Ajustado, Lucro Líquido/Prejuízo Consolidado, Patrimônio Líquido.

Fonte: Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília. A CEB registrou lucro consolidado de R\$ 88.519 mil no exercício de 2015, representando um aumento de R\$ 238.599 mil, em relação ao resultado negativo de R\$ 150.080 mil apurado em 2014. Esse resultado, além das ações de redução de custo e despesas operacionais, foi impactado também pela reversão de provisão atuarial em função de êxito judicial na ADI nº 2014002032055-2, na qual foi declarada a inconstitucionalidade formal e material das leis nº 3.010/2002 e 3.199/2003, que desobriga a Companhia a estender os benefícios do plano assistencial aos ex-empregados, após o 1º trimestre de 2017. O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) aumentou em R\$ 329.861 mil em 2015, quando comparado com o resultado negativo de R\$ 17.814 mil apurado em 2014. A margem EBITDA respondeu a 12,9% no exercício, enquanto em 2014 registrou-se 0,9% negativo. Os principais fatores de contribuição para formação do EBITDA no exercício de 2015, além da otimização da operação da Companhia, foram a reversão da provisão do plano assistencial, correspondente a R\$ 90.712 mil, e o reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão, no valor de R\$ 53.882 mil.

IV. NEGÓCIOS DA COMPANHIA

Empresas Controladas: CEB Distribuição S.A. Nos termos do Contrato de Concessão nº 66/1999 – ANEEL, a Empresa tem por objeto a distribuição e comercialização de energia elétrica no Distrito Federal ou em outras áreas do País, cuja concessão para exploração seja-lhe outorgada. Em 9 de dezembro de 2015, a CEB Distribuição S.A. e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 07 de julho de 2045. A área de concessão da CEB Distribuição S.A. corresponde a 5.780 km² e abrange todo o Distrito Federal, dividido em regiões administrativas, atendendo a 1.012.024 clientes.

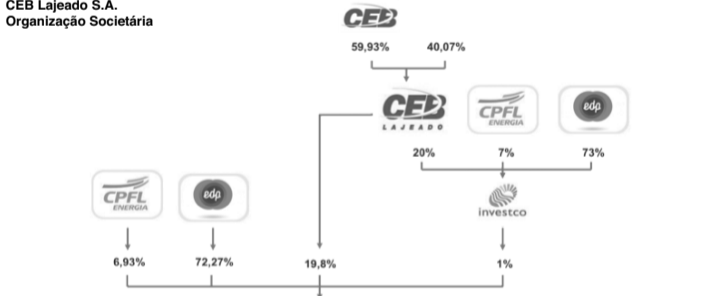
Dados Econômico-Financeiros table with columns: (R\$ Mil), Representado, 2014, 2015, Δ (R\$). Rows include Receita Operacional Bruta, Receita Operacional Líquida, Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos, EBITDA, Lucro Líquido (Prejuízo), Patrimônio Líquido.

No exercício de 2015, apesar do cenário de recessão econômica que afetou o consumo de energia, a CEB Distribuição S.A. registrou um lucro expressivo de R\$ 75.664 mil, resultado muito superior ao prejuízo de R\$ 142.624 mil apurado no ano anterior. Tal desempenho foi influenciado, principalmente, por uma operação mais otimizada e pela reversão do plano assistencial no valor de R\$ 90.712 mil, decorrente da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2. Outro fator que impulsionou o resultado positivo foi a atualização do ativo financeiro da concessão – VNR. Conforme Resolução ANEEL nº 688/2015, de 23 de novembro de 2015, submódulo 2.3 do módulo 2 do Protet, o indexador da atualização monetária passou a ser o IPCA e não mais o IGP-M. Esta alteração contribuiu para um aumento no valor do VNR de R\$ 12.754 mil em 2014 para R\$ 53.882 mil em 2015. Como consequência, o EBITDA apresentou uma variação de R\$ 293.746 mil, quando comparado com o ano anterior.

CEB Geração S.A. A CEB Geração S.A. tem como objeto social a geração e a comercialização da energia produzida pelos seus ativos de geração, a Usina Hidrelétrica do Paraná, com capacidade instalada de 30 MW e a Usina Termelétrica de Brasília – UTE Brasília, com potência nominal de 10 MW. A Usina Termelétrica de Brasília – UTE Brasília é despachada centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, mantendo-se indisponível nos últimos anos, devido, principalmente, ao seu elevado custo operacional, da ordem de R\$ 1.047,38/MWh, que a deixou sem competitividade. A ANEEL recomendou a caducidade da concessão para exploração da UTE Brasília, devido a não adequação das condições técnicas e operacionais para a prestação de serviço nos moldes praticados pelo mercado e pelas exigências da regulação setorial. Finalmente, no dia 7 de julho de 2015, ocorreu o término contratual da concessão. O Contrato de Concessão nº 65/1999, regula a exploração pela CEB Geração S.A. do potencial de energia hidráulica da UTE Paraná para produção de energia elétrica destinada ao serviço público, com data final da concessão em 29 de outubro de 2019. A Lei nº 12.783/2013 alterou as regras do contrato para as concessões de geração, possibilitando a prorrogação por até 30 anos. No ano de 2015, a CEB Geração S.A. informou à ANEEL a intenção de não aderir a uma antecipação da renovação da concessão da Usina Hidrelétrica do Paraná, cujo período se expira em 19 de outubro de 2019.

Dados Econômico-Financeiros table with columns: (R\$ Mil), Representado, 2014, 2015, Δ (R\$). Rows include Receita Operacional Bruta, Receita Operacional Líquida, Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos, EBITDA, Lucro Líquido (Prejuízo), Patrimônio Líquido.

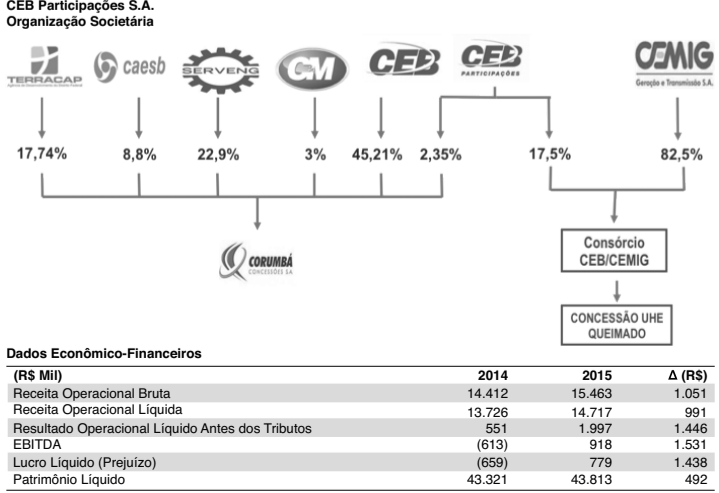
Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Geração S.A. No ano de 2015 houve redução no despacho das hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional, em função da crise hidrológica. Tal comportamento resultou em uma produção de energia abaixo dos montantes comprometidos pelas usinas em seus contratos de venda de energia, forçando as geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE a adquirirem os blocos faltantes no mercado de curto prazo para honrar os seus compromissos. Os montantes dos déficits de energia hidrelétrica foram consideráveis, mas o que agravou a situação foram os elevados preços do mercado de curto prazo. Em decorrência desses eventos, do ponto de vista da CEB Geração S.A. ocorreu queda na receita e aumento de despesas com compras de energia. A ANEEL, de acordo com o Despacho nº 330/2016, publicado em 10 de fevereiro de 2016, anuiu com a repactuação do risco hidrológico da CEB Geração S.A., referente ao empreendimento UHE Paraná, repassando 100% do risco para os consumidores e prorrogando a concessão por um período adicional de 6 meses (29 de abril de 2020), como estabelecido no Termo de Repactuação nº 103/2016. No âmbito das despesas gerenciais, a CEB Geração S.A. executou um processo de redução de custos operacionais, atuando na adequação dos recursos humanos, uma vez que o quadro funcional foi diminuído em 50%; na renegociação dos contratos com terceiros (Contrato de Manutenção da Usina Paraná); corte de despesas com aluguis; e diminuição de despesas com materiais. Assim, mesmo com as condições adversas de origem não gerenciáveis ocorridas no exercício de 2015, a CEB Geração S.A. manteve um patamar de estabilidade nas apurações dos seus resultados que persiste nos últimos anos, oriundos, basicamente, da comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica do Paraná. Tal comportamento deverá ser mantido até o final da concessão.



CONCESSÃO UHE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

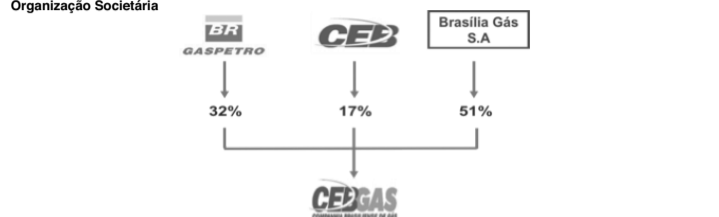
Dados Econômico-Financeiros table with columns: (R\$ Mil), Representado, 2014, 2015, Δ (R\$). Rows include Receita Operacional Bruta, Receita Operacional Líquida, Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos, EBITDA, Lucro Líquido (Prejuízo), Patrimônio Líquido.

Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Lajeado S.A. Após a amortização dos financiamentos contraiados para a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães, os resultados líquidos apurados pela CEB Lajeado S.A. vêm se mantendo relativamente consistentes ao longo dos anos. Contudo, para o setor elétrico, o exercício de 2015 foi novamente um ano difícil, tendo se caracterizado pela escassez generalizada de chuvas e intenso despacho das termelétricas, de forma a preservar os níveis dos reservatórios. Como consequência, a geração do sistema como um todo, no contexto do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, não alcançou o mínimo esperado, o que levou as empresas a buscarem soluções para enfrentarem a crise. Como participante deste mecanismo de compartilhamento de risco hidrológico, a CEB Lajeado S.A., juntamente com as demais empresas que compõem o MRE, cedeu parte de sua geração ao sistema a preços reduzidos, sendo obrigada a adquirir energia no mercado de curto prazo a preços bem superiores, de forma a honrar seu contrato de comercialização de energia com a CEB Distribuição S.A. Ressalta-se que, em geral, tal mecanismo produz resultados favoráveis para as geradoras quando o problema hidrológico é localizado e não generalizado. Entretanto, quando ocorrem eventos das dimensões verificadas em 2014 e 2015 (difícultades de geração em praticamente todos os mercados), podem acontecer os efeitos indesejáveis como os registrados nesses períodos, particularmente em 2014. Ainda que tenham ocorrido imprevistos nos dois anos anteriores, com as medidas regulatórias que foram implementadas no decorrer do exercício de 2015, entre elas a limitação do preço da energia de curto prazo ao valor máximo de R\$ 388,48, muito inferior àquele que chegou a ocorrer em 2014 (R\$ 822,83), foi possível mitigar os efeitos adversos de tais eventos. Outra ação mitigadora foi a adesão à repactuação do risco hidrológico, proposta pelo Poder Concedente, nos termos da Lei nº 13.203/2015. De acordo com o despacho nº 330, publicado em 10 de fevereiro de 2016, a ANEEL anuiu com a repactuação do risco hidrológico da CEB Lajeado S.A., referente ao empreendimento UHE Luís Eduardo Magalhães, repassando 92% do risco para os consumidores, como estabelecido no Termo de Repactuação nº 102/2016. Por outro lado, com a redução do montante de energia contratada pela CEB Distribuição S.A., a CEB Lajeado S.A. utilizou o bloco de energia descontratado para reduzir o seu déficit de geração contratual. Dessa forma, os efeitos combinados garantiram os retornos de expressivos resultados líquidos para a Empresa em comparação com o exercício de 2014. Complementamente, destaca-se que houve significativa redução das despesas operacionais da Empresa como, por exemplo, a diminuição da força de trabalho em cerca de 69%.



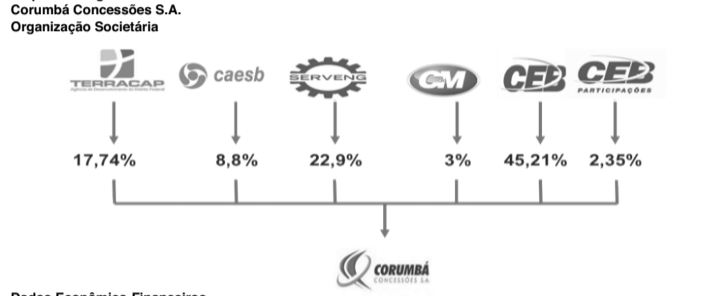
Dados Econômico-Financeiros table with columns: (R\$ Mil), Representado, 2014, 2015, Δ (R\$). Rows include Receita Operacional Bruta, Receita Operacional Líquida, Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos, EBITDA, Lucro Líquido (Prejuízo), Patrimônio Líquido.

A receita da CEB Participações S.A. é proveniente, em sua maior parte, da comercialização de energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Queimado, complementada por aplicações financeiras, pelos recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros prestados para o Consórcio Cemig-CEB, e pelo recebimento de resultados da participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. Devido aos baixos índices dos reservatórios e, consequentemente, da diminuição da produção de energia hidráulica por parte das Usinas Hidrelétricas, a CEB Participações S.A. foi obrigada a recorrer ao Mercado de Curto Prazo – MCP para adquirir energia elétrica e garantir seus contratos. Em 2015, o custo desta aquisição de energia no MCP foi de R\$ 8.242 mil. Em busca da redução do impacto negativo advindo do risco hidrológico, a Empresa aderiu à proposta do Poder Concedente, que nos termos da Lei nº 13.203/2015 permitiu o repasse de parcela deste risco ao consumidor. De acordo com o despacho nº 330, publicado em 10 de fevereiro de 2016, a ANEEL anuiu com a repactuação do risco hidrológico da CEB Participações S.A., referente ao empreendimento UHE Queimado, repassando 91% do risco para os consumidores, como estabelecido no Termo de Repactuação nº 101/2016. Outro fato que mereceu destaque nos resultados da Empresa, em 2015, foi o prejuízo apresentado pela investida Corumbá Concessões S.A., cujo montante da perda ocasionada pela apuração da equivalência patrimonial relativa à participação da CEB Participações S.A. no negócio atinge R\$ 906 mil. Adicionalmente, a Administração adotou em 2015, política de redução de custos operacionais, de modo especial no quadro de pessoal (redução de 50%) e em serviços de terceiros.



Dados Econômico-Financeiros table with columns: (R\$ Mil), Representado, 2014, 2015, Δ (R\$). Rows include Receita Operacional Bruta, Receita Operacional Líquida, Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos, EBITDA, Lucro Líquido (Prejuízo), Patrimônio Líquido.

Fonte: Demonstrações Contábeis da Companhia Brasileira de Gás S.A. O primeiro desafio para distribuição do gás canalizado é o desenvolvimento de uma infraestrutura logística adequada de suprimento. O Distrito Federal não é abastecido por gasoduto de transporte que possa garantir o suprimento contínuo de gás, de forma que, enquanto as iniciativas de implantação desta infraestrutura não se materializarem, a solução utilizada para a antecipação da oferta ao mercado é o suprimento de estoques de gás natural liquefeito. O gás natural liquefeito é suprido para a Companhia Brasileira de Gás S.A. pela empresa GNL Gemini Logística e Comercialização de Gás Ltda – Gemini, uma sociedade formada pelas empresas White Martins, Petróbras e a Gaspetro. A alternativa para redução do prejuízo que vem sendo apurado no negócio anualmente (R\$ 479 mil em 2015), seria a estruturação de um projeto para conectar o gasoduto Bolívia-Brasil – Gasbol ao Distrito Federal, iniciativa que compete à União, por força do artigo 177 da Constituição da República.



Dados Econômico-Financeiros table with columns: (R\$ Mil), Representado, 2014, 2015, Δ (R\$). Rows include Receita Operacional Bruta, Receita Operacional Líquida, Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos, EBITDA, Lucro Líquido (Prejuízo), Patrimônio Líquido.

Os problemas originados do processo construtivo da Usina Corumbá IV causaram demandas por ressarcimentos tratados em ambientes arbitral e judicial, que explicam os prejuízos apurados nos exercícios de 2014 e 2015. Com relação à demanda arbitral, julgada no exercício de 2014, tendo como polos a Corumbá Concessões S.A. e a controladora Serveng S.A., resultou num desembolso da Empresa no valor de R\$ 118.254 mil. Tal montante foi determinante para a apuração do prejuízo de R\$ 74.049 mil naquele ano. Quanto à demanda judicial, a Empresa Saneamento de Goiás S.A. ajuizou ação de cobrança contra a Corumbá Concessões S.A., embasada no argumento de que ocorreu a inatuação de uma obra de captação de água bruta, de sua propriedade, no rio Corumbá, em decorrência da formação do lago para produção de energia hidrelétrica, de responsabilidade da Corumbá Concessões S.A., restando à autora da ação judicial, o prejuízo de R\$ 24.021, orçado em outubro de 2006. Após recursos de ambas as partes no curso da ação de cobrança, em 12 de maio de 2015, foi proposta pela Saneago ação de liquidação provisória de sentença, na qual deverá ser apurado o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela Empresa. A pericia de liquidação ainda não foi iniciada, e o valor original da causa foi atualizado para R\$ 41.969. A Administração da coligada considerou como provável a probabilidade de perda da ação, sendo esta reconhecida nas demonstrações contábeis da Corumbá Concessões S.A., de 31 de dezembro de 2015. Este foi, portanto, o principal componente que justifica o prejuízo registrado pela coligada no exercício de 2015, no valor de R\$ 38.628 mil. Tais resultados negativos, praticamente, têm consumido os resultados positivos de equivalência patrimonial destinados à CEB pelas empresas geradoras e comercializadoras controladas (CEB Geração S.A., CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.), controlada em conjunto e ligada (Energética Corumbá III S.A. e BSB Energética S.A., respectivamente).

Por outro lado, a estrutura de endividamento que restou, principalmente, em decorrência da demanda arbitral, produz resultados financeiros negativos que exigirão longo período para superação das obrigações relativas aos encargos de dívidas, situação que compromete a apuração de resultados satisfatórios nos próximos anos. Empresa Controlada em Conjunto: Energética Corumbá III S.A. Organização Societária: CUBA DE ENERGIA ELÉTRICA, IBERDROLA, BANCO DO BRASIL, 49% (neoneergia), 39% (CEB Participações S.A.), 12% (CECEL), 37,5% (CORUMBÁ III ENERGETICA CORUMBÁ III S.A.), 37,5% (CORUMBÁ III ENERGETICA CORUMBÁ III S.A.), 6,49% (...strata...), 2,93% (geração c III Grupo Neoneergia), 15,58% (CORUMBÁ III ENERGETICA CORUMBÁ III S.A.), 60% (CORUMBÁ III ENERGETICA CORUMBÁ III S.A.), 40% (CORUMBÁ III ENERGETICA CORUMBÁ III S.A.).

Dados Econômico-Financeiros table with columns: (R\$ Mil), Representado, 2014, 2015, Δ (R\$). Rows include Receita Operacional Bruta, Receita Operacional Líquida, Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos, EBITDA, Lucro Líquido (Prejuízo), Patrimônio Líquido.

Fonte: Demonstrações Contábeis da Energética Corumbá III S.A. Ano a ano, os resultados da Energética Corumbá III S.A. têm sido positivos e crescentes, à medida em que se amortiza o montante do financiamento captado para a construção da Usina Corumbá III. Fato relevante a ser destacado foi a formalização do Acordo Global que será concluído no início de 2016, envolvendo diversas empresas, incluindo aquelas acionista da Energética Corumbá III S.A., participantes dos Consórcios Empreendedor Corumbá III e Construtor Corumbá III. O mencionado Acordo resultará nas eliminações de diversas demandas que estão sofrendo tratamento em ambiente arbitral e jurídico, remanescentes de reivindicações (claims) oriundas da época da construção da usina. Tais eliminações significam desistências e quitações de eventuais obrigações recíprocas, pendentes de julgamento, que agregarão valor ao negócio, uma vez as deixaram de existir expectativas futuras de provisões no passivo da Energética Corumbá III S.A. Outro aspecto positivo, reside nas solicitações dos acionistas para que seja elevada o limite de distribuição de resultados, atualmente restrito ao percentual mínimo legal (25%), por exigência do BNDES quando da contratação do financiamento, tendo em vista que parte significativa deste compromisso foi honrada, de forma a permitir recebimentos de dividendos em montantes mais elevados. Empresa Ligada: BSB Energética S.A. Organização Societária: CEB, Eletrotriver SA, 9% (CEB), 91% (Eletrotriver SA), 51% (Chipley SP Participações SA), 14,7% (BSB Energética), 34,3% (Eletrotriver SA), 16,15% (BRASIL PCH).

Dados Econômico-Financeiros table with columns: (R\$ Mil), Representado, 2014, 2015, Δ (R\$). Rows include Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos, Lucro Líquido (Prejuízo), Patrimônio Líquido.

Fonte: Demonstrações Contábeis da BSB Energética S.A. Em 2006, ao associar-se com outras empresas que possuem concessões, projetos e licenças ambientais de empreendimentos de mesma natureza (PCHs), a BSB Energética S.A. passou a deter participação acionária na Brasil PCH S.A. A Brasil PCH S.A. possui 13 PCHs com capacidade total de 291 MW e a BSB Energética S.A. tem participação equivalente a 14,70% do capital. A venda da energia gerada se dá por meio de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas relacionadas com as PCHs para a Eletrobrás, por intermédio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa. Em 2015, a BSB Energética S.A. retomou a trajetória de apuração de resultado positivo, que vinha praticando desde a entrada em operação dos empreendimentos associados, que tinha sido resultando em 2014, sobretudo em função da crise hidrológica de amplitude geral ocorrida no país.

V. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Recita Operacional table with columns: (R\$ Mil), Representado, 2014, 2015, Δ (R\$). Rows include Receita Operacional Bruta Consolidada, Receita Operacional Líquida, Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos, EBITDA, Lucro Líquido (Prejuízo), Patrimônio Líquido.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Recebimento de Consumidores	51.907	23.391	3.394.297	2.340.062
Ressarcimento do Custo de Energia - Recursos da CDE			39.844	66.394
Rendimento de Aplicações Financeiras	861	689	7.357	6.564
Liberação de Garantia - CCEE			8.179	
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	22.444	46.772	27.311	16.064
Juros Recebidos - Mútuo	753			
Outros Recebimentos	3.749	32	3.788	125
Recebimentos	79.714	70.884	3.480.776	2.429.209
Fornecedores - Materiais e Serviços	(28.880)	(58.266)	(182.475)	(278.195)
Fornecedores - Energia Elétrica e Gás			(1.760.496)	(1.310.911)
Contribuição de Iluminação Pública			(167.782)	(87.371)
Salários e Encargos Sociais	(10.501)	(8.938)	(245.304)	(278.171)
Pagamentos de Encargos da Dívida			(48.124)	(24.269)
Impostos e Contribuições	(698)	(3.909)	(707.002)	(414.916)
Encargos Setoriais			(329.825)	(31.789)
Constituição de Caução CCEE				(2.410)
Depósitos Judiciais			(1.372)	
Outras Pagamentos	(803)	(1.285)	(62.372)	(30.373)
Pagamentos	(40.882)	(72.398)	(3.504.752)	(2.458.405)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	38.832	(1.514)	(23.976)	(29.196)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados		(201)	(19.212)	(44.956)
Alienação de Bens	76		76	1.972
Aplicações Financeiras			(6.000)	
Concessão de Empréstimos				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(36.002)	(3)	(2)	(3)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Investimento	(35.926)	(204)	(25.138)	(42.987)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos			(13.619)	(15.974)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos			20.000	252.120
Emissão de Debêntures			130.000	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos			(72.640)	(193.823)
Custos de Transação			(2.590)	(920)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Financiamento			61.151	41.403
Aumento (Redução) do Saldo Líquido de Caixa e Equivalente	2.906	(1.718)	12.037	(30.780)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	7.177	8.895	66.006	96.786
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	10.083	7.177	78.043	66.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 Representado	31/12/2015	31/12/2014 Representado
Receitas	6.771	76.218	4.005.147	2.649.305
Venda de Energia e Serviços Prestados	28.869	77.610	3.950.071	2.575.896
Receita de Construção de Ativos Próprios			82.781	121.314
Provisão/Rev. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(22.174)	(1.392)	(85.219)	(70.709)
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado	76		(10.536)	1.610
Outras Receitas			68.050	21.194
Insusos Adquiridos de Terceiros	(24.569)	(64.317)	(2.020.906)	(1.872.185)
Custos com Serviço de Energia Elétrica			(1.818.753)	(1.489.392)
Custos de Construção			(82.781)	(121.314)
Serviços de Terceiros	(22.934)	(60.594)	(152.996)	(190.549)
Material	(811)	(3.040)	(7.045)	(8.310)
Provisões/Reversões	(855)	(1.271)	96.010	(16.044)
Outros	31	588	(55.341)	(46.576)
Valor Adicionado Bruto	(17.798)	11.901	1.984.241	777.120
Retenções	(89)	(156)	(54.467)	(52.880)
Depreciação e Amortização	(89)	(156)	(54.467)	(52.880)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(17.887)	11.745	1.929.774	724.240
Valor Adicionado Recebido em Transferência	95.813	(153.651)	132.567	56.537
Receitas Financeiras	2.688	2.524	134.460	70.748
Resultado de Equivalência Patrimonial	93.070	(156.695)	(2.213)	(14.928)
Dividendos Recebidos	55	520	320	717
Valor Adicionado Total a Distribuir	77.926	(141.906)	2.062.341	780.777
Distribuição do Valor Adicionado	77.926	(141.906)	2.062.341	780.777
Empregados	10.710	11.883	185.964	181.454
Remuneração Direta	10.643	11.755	111.192	116.022
FGTS	44	71	10.916	8.138
Benefícios	23	57	51.743	54.278
Participação nos Lucros e Resultados			12.113	3.016
Impostos, Taxas e Contribuições	2.343	5.018	1.501.478	626.674
Federal	1.752	3.445	862.926	225.192
Estadual e Municipal	591	1.573	638.552	401.482
Remuneração de Capitais de Terceiros	207	1.061	286.380	122.729
Aluguéis	118	875	42.233	40.926
Despesas Financeiras	89	186	244.147	81.803
Remuneração de Capitais Próprios	64.666	(159.868)	88.519	(150.080)
Participação dos Acionistas Não Controladores			23.853	9.788
Prejuízos do Período	64.666	(159.868)	64.666	(159.868)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014)
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objetivo social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 5.545, de 10 de dezembro de 1994, com sede social na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no SIA – Ativos de Serviços Públicos – Lote C, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM com Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, na BM&FBOVESPA, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBRS e CEBRE.

A CEB pode participar de outras sociedades como sócia-quotista ou acionista, assim como da exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização, distribuição de energia elétrica e serviços correlatos.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico – Acordo GSF

Desde 2014, os geradores hidrelétricos vêm sofrendo elevadas exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo – MCP de energia elétrica, em função da crise hídrica no país. Diante da incapacidade financeira das empresas de geração hidrelétrica, frente a tais exposições negativas, grande parte das geradoras recorreu à via judicial, de forma a se protegerem dos efeitos financeiros do déficit hídrico, o que agravou a crise do setor.

Como alternativa, em 08 de dezembro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.203 que estabeleceu os pilares para a repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração hidrelétrica, bem como a Resolução Normativa da ANEEL nº 681 em 11 de dezembro de 2015 que definiu os critérios e as demais condições para a repactuação.

Os termos do acordo de repactuação para os geradores hidrelétricos se baseiam na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. Como condição à repactuação, tornou-se necessária a desistência, por parte dos geradores, das ações judiciais que questionaram os efeitos financeiros do déficit de geração. Assim, em janeiro de 2016, as empresas CEB Geração S.A., CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A., decidiram pela adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, conforme deliberação dos seus respectivos Conselhos de Administração, considerando os seguintes produtos e margens de risco:

- CEB Geração S.A. – Produto SP 100 – margem de risco zero (0%);
- CEB Lajeado S.A. – Produto SP 92 – margem de risco de 8%; e
- CEB Participações S.A. – Produto SP 91 – margem de risco de 9%.

A repactuação trouxe a possibilidade de compensação do risco hidrológico contabilizado em 2015, por meio da postergação do pagamento do prêmio de risco em períodos que variam, a depender das condições e características dos contratos de venda de energia firmados por cada uma das empresas. Para a CEB Geração S.A., como o prazo para a compensação do risco de 2015 não foi suficiente para a recuperação do valor efetivamente liquidado durante o ano anterior, a CEB Geração S.A. teve que adotar a venda de contratos de concessão até 29 de abril de 2020.

1.3. Alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás

Em 21 de dezembro de 2015, o Governador do Distrito Federal sancionou a Lei nº 5.577, na qual a Companhia Energética de Brasília fica autorizada a alienar suas participações acionárias em empresas de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, vinculando a aplicação dessas receitas em investimentos, pagamentos de tributos e amortizações de empréstimos da controlada CEB Distribuição S.A..

1.4. Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme quadro a seguir:

Investidas	Atividade	31/12/2015	31/12/2014
Participações diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participações S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasileira de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	47,57%
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investo S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

1.4.1. Controladas

1.4.1.1. CEB Distribuição S.A.

A CEB Distribuição S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desarticulação das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília – CEB. A CEB é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(ii) **Informações sobre a prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica da CEB D**
 Em 09 de dezembro de 2015, a CEB D e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 07 de julho de 2045.

Por esse instrumento, as datas de reposicionamento tarifário ordinário da CEB D serão alteradas de 26 de agosto para 22 de outubro, em função do Reajuste Tarifário Anual ou a cada 05 anos, pela Revisão Tarifária Ordinária, sendo que a primeira ocorrerá em 22 de outubro de 2016.

Em essência, além dos aspectos formais, o contrato de concessão estabelece critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais o concessionário será avaliado, que atuam como condicionantes para manutenção da titularidade da concessão.

(iii) **Informações sobre aspectos relacionados ao suposto da continuidade operacional da CEB D**
 A continuidade operacional da CEB D é assegurada pela avaliação positiva do Poder Concedente à respeito da Administração dirigidas à CEB D, que consistem na busca da eficiência operacional e financeira, com remuneração compatível dos investimentos realizados e em curso, bem como na qualidade do fornecimento de energia aos consumidores do Distrito Federal.

A CEB Distribuição S.A. tem convívio com dois problemas estruturais: alto índice de endividamento, além de custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes. Entretanto, para combater a grave crise financeira, a Administração, em 2015, concebeu um plano de trabalho que contempla três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

A primeira fase, os ajustes pontuais, foi executada, o que promoveu de imediato, a redução de custos e despesas com pessoal, serviços de terceiros e outras rubricas, em montantes bastante expressivos.

A segunda fase, os ajustes estruturais, promoveu, com êxito, a redução da estrutura organizacional, por meio da diminuição de diretorias e otimização de atividades. Adicionalmente, a Administração continuou atuando para a redução dos elevados custos do plano assistencial, que culminou na decisão judicial favorável, conforme exposto na Nota Explicativa nº 1.2 e divulgado no Fato Relevante publicado em 29 de fevereiro de 2016.

A terceira fase, a reorganização societária do Grupo CEB, consiste na alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, já autorizada pela Lei nº 5.577/2015, conforme informado no Despacho nº 3.887, de 01 de dezembro de 2015, que foi publicado na edição de 02 de dezembro de 2015 do DOU, sendo que o valor da CCRBT repassado para a CEB Distribuição S.A. foi de R\$ 38.004.

De janeiro a dezembro de 2015 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 115.485 de bandeira tarifária, tendo sido R\$ 113.654 repassados para a conta CCRBT.

(iv) **Revisão tarifária extraordinária – RTE**
 A RTE está prevista nos contratos de concessão das distribuidoras e na Lei Geral das Concessões, sendo permitido que a ANEEL revise as tarifas quando houver um desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos resultante de alterações no preço de venda de gás, já autorizada pela Lei nº 5.577/2015, conforme informado no Despacho nº 3.887, de 01 de dezembro de 2015, que foi publicado na edição de 02 de dezembro de 2015 do DOU, sendo que o valor da CCRBT repassado para a CEB Distribuição S.A. foi de R\$ 38.004.

(v) **Reajuste tarifário anual de 2015 – IRT 2015**
 O reajuste tarifário anual visa repassar à tarifa de energia elétrica os impactos produzidos pelos custos não gerenciáveis da concessão (compra de energia, transmissão e encargos setoriais); ajustar os custos gerenciais da distribuição e a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.937, de 25 de agosto de 2015, homologou o resultado do IRT 2015 da CEB Distribuição S.A., sendo que o reajuste médio, líquido de impostos, foi de 18,66% e ele passou a vigor a partir de 26 de agosto de 2015.

(vi) **Repasse de recursos da CDE e da Conta ACR**
 (a) **Repasse de recursos da CDE**
 A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados.

A CDE tem como finalidade promover à universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento de investimentos em concessões, tais como custos de compra de energia e encargos. A CDE atua em nome dos dispendícios da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; destinar recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculadas à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; e promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2013, e da Medida Provisória nº 605/2013, vigente no período de 23 de janeiro a 03 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado: prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica; e para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição.

Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, e diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945/2013, que introduziu novas alterações nos instrumentos de repasse de recursos da CDE. Assim, a CDE passou a prover ainda recursos para o risco hidrológico, exposição involuntária; Encargos de Serviços do Sistema - ESS por segurança energética; e o valor, integral ou parcial, do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, de que trata a Portaria Interministerial MME/MP nº 25/2002, relativo ao ESS e à energia comprada para reavie CVA/As e CVA/Res.

Sendo assim, a Resolução Homologatória nº 1.779, de 19 de agosto de 2014, que reajustou as tarifas da CEB D, estabeleceu também um valor mensal correspondente a R\$ 25,574 milhões a ser repassado à Empresa pela Eletrobrás, no período de competência de agosto de 2014 a julho de 2015, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Adicionalmente, em 25 de agosto de 2015, o valor mensal foi redefinido em R\$ 25,509 milhões pelo novo reajuste tarifário anual, homologado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.937 no período de agosto de 2015 a julho de 2016.

(b) **Repasse da conta ACR**
 A Conta no Ambiente de Contratação Regulada (Conta ACR) foi criada por meio do Decreto nº 8.221/2014 e regulamentada pela ANEEL por intermédio da Resolução Normativa nº 612/2014. Ela tem por finalidade cobrir os custos adicionais das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo e pelo despacho termelétrico dos contratos por disponibilidade incorridos no período de fevereiro a dezembro de 2014.

A ANEEL, através da Resolução nº 1.863/2015, homologou um incremento na tarifa mensal da Empresa de R\$ 12 milhões que será repassado no período de agosto de 2015 a fevereiro de 2020 (55 parcelas).

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é a responsável pela gestão dessa conta e pela contratação CVM nº 476, de 18 de janeiro de 2009, e legislação aplicável.

Objetivo da CCEE é assegurar o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Também cabe à CCEE prestar as garantias necessárias aos credores das operações de crédito, incluindo cessão fiduciária dos direitos creditórios e do saldo da Conta ACR.

O valor mensal que é repassado a cada concessionária é homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL mediante Despacho da Superintendência de Regulação Econômica – SRE, no período de fevereiro a dezembro de 2014, e no caso da CEB D, já foram repassados os valores publicados em despachos conforme tabela adiante:

Mês de Competência	Data Limite para Repasse	Repasse R\$ - Mil	Último Ato Regulatório	Outros Atos Regulatórios
fev/2014	28/04/2014	7.904	Despacho nº 1.256, de 22/04/2014.	
mar/2014	12/05/2014	9.204	Despacho nº 1.378, de 05/05/2014.	Despacho nº 1.443, de 09/05/2014.
mai/2014	28/08/2014	16.357	Despacho nº 3.186, de 18/08/2014.	Despacho nº 2.866, de 29/07/2014; e Despacho nº 2.415, de 09/07/2014.
set/2014	05/11/2014	4.650	Despacho nº 4.288, de 30/10/2014.	
out/2014	08/12/2014	9.795	Despacho nº 4.657, de 02/12/2014.	Despacho nº 4.647, de 28/11/2014.
Total		47.910		

Cabe ressaltar que esses valores estão sendo recolhidos dos consumidores por meio de quotas da CDE, a partir do processo de reajuste tarifário de 2015.

(vii) Emissão de debêntures

Em 14 de maio de 2015, por meio do Despacho nº 1.500, a ANEEL anulou à emissão de debêntures no valor de R\$ 130.000. A CEB D optou por operações simples não conversíveis em ações, com garantia real nos termos da Instrução CVM nº 476, de 18 de janeiro de 2009, e legislação aplicável.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

Consolidado

	Divulgado em 31/12/2014	Reclassificações		Ajustes		Políticas Contábeis e Correção de Classificação		Reapresentado 31/12/2014
		Ultrapassagem de Demanda	Excedente de Reativos	Depósitos de Cauções CCEE	IRPJ e CSLL Diferidos	Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	CVA - Regime de Caixa para Regime de Competência	
Ativo								
Circulante								
Caixa e Equivalentes de Caixa	66.006							66.006
Contas a Receber	441.174							441.174
Depósitos e Bloqueios Judiciais				8.028				8.028
Estoque	19.327							19.327
Tributos e Contribuições Compensáveis	27.091				(14.480)			12.611
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	138.837							204.972
Demais Créditos	86.976							86.976
Total do Circulante	779.411			8.028	(14.480)			839.094
Não Circulante								
Contas a Receber	7.733							7.733
Depósitos e Bloqueios Judiciais	13.885			(8.028)				5.857
Tributos e Contribuições Compensáveis	15.876				(14.480)			30.156
Ativo Financeiro Indenizável	841.273							841.273
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	138.738							138.738
Demais Créditos	1.941							1.941
Realizável a Longo Prazo	1.019.246			(8.028)	14.480			1.025.698
Investimentos	658.575							658.575
Imobilizado	122.714							122.714
Intangível	129.881	8.647	19.193					157.721
Total do Não Circulante	1.930.416	8.647	19.193	(8.028)	14.480			1.964.708
Total do Ativo	2.709.827	8.647	19.193	(8.028)	14.480			2.803.802
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	390.327						(27.069)	363.258
Obrigações Tributárias	189.119							175.940
Contribuição de Iluminação Pública	83.603							83.603
Encargos Regulatórios	40.980							40.980
Empréstimos e Financiamentos	69.417							69.417
Obrigações Societárias	30.322							30.322
Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.862							36.862
Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros							66.135	208.610
Benefícios Pós Emprego	60.863							60.863
Provisões Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	5.901							5.901
Demais Obrigações	39.605							39.605
Total do Circulante	946.999						129.296	1.115.361
Não Circulante								
Obrigações Tributárias	244.382						(48.466)	195.916
Contribuição de Iluminação Pública	129.500							129.500
Empréstimos e Financiamentos	251.694							251.694
Benefícios Pós Emprego	294.899							294.899
Encargos Regulatórios	145.955							145.955
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	78.464							78.464
Obrigações Vinculadas a Concessão		8.647	19.193					27.840
Demais Obrigações	215.791							215.791
Total do Não Circulante	1.360.685	8.647	19.193				(48.466)	1.340.059
Patrimônio Líquido								
Capital Social	342.056							342.056
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	11.969							11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	122.714							30.156
Prejuízos Acumulados	(197.266)							(251.027)
Atribuível aos acionistas controlador	177.084							177.084
Atribuível aos acionistas não controladores	225.059							225.059
Total do Patrimônio Líquido	402.143						(80.830)	348.382
Total do Passivo	2.709.827	8.647	19.193				(80.830)	2.803.802

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014 – Divulgado	177.084	402.143
Ajuste de Exercícios Anteriores		
Mudança de Política Contábil – CVA Regime de Caixa para Regime de Competência		-80.830
Correção de Reclassificação – Reprocessamento Energia de Curto Prazo – CCEE		27.069
Equivalência Patrimonial sobre:		
Mudança de Política Contábil – CVA Regime de Caixa para Regime de Competência	(80.830)	
Correção de Reclassificação – Reprocessamento Energia de Curto Prazo – CCEE	27.069	
Saldo em 31 de dezembro de 2014 – Reapresentado	123.323	348.382

Demonstração do Resultado do Exercício

	Controladora		Ajustes		Reapresentado 31/12/2014
	Divulgado 31/12/2014	Equivalência Patrimonial	Reprocessamento Energia de Curto Prazo – CCEE	Atualização Valor Novo de Reposição	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	68.878				68.878
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(61.362)				(61.362)
Lucro Bruto	7.516				7.516
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(115.312)	(80.830)			(169.073)
Despesas com Vendas	(1.392)				(1.392)
Despesas Gerais e Administrativas	(9.714)				(9.714)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(102.934)	(80.830)			(156.695)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.272)				(1.272)
Outras Receitas Operacionais	18				18
Outras Despesas Operacionais	(1.290)				(1.290)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(107.796)	(80.830)			(161.557)
Receitas (Despesas) Financeiras	2.858				2.858
Receitas Financeiras	3.044				3.044
Despesas Financeiras	(186)				(186)
Prejuízo Operacional antes dos Tributos	(104.938)	(80.830)			(158.699)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.169)				(1.169)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente	(1.169)				(1.169)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido					
Prejuízo do Exercício	(106.107)	(80.830)			(159.868)

Consolidado

	Divulgado 31/12/2014	Políticas Contábeis e Correção de Classificação			Reapresentado 31/12/2014
		CVA – Regime de Caixa para Regime de Competência	Reprocessamento Energia de Curto Prazo – CCEE	Ressarcimento dos CCEARs	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.122.783	(129.295)			1.993.488
Custo com Energia Elétrica	(1.390.808)		27.069	27.327	(1.336.412)
Custo de Operação	(354.750)				(354.750)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(62.566)				(62.566)
Lucro Bruto	314.659	(129.295)			238.760
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(295.881)				(310.454)
Despesas com Vendas	(133.377)				(133.377)
Despesas Gerais e Administrativas	(163.484)				(163.484)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(14.928)				(14,928)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	15.908			(27.327)	1.335
Outras Receitas Operacionais	91.719			(27,327)	12,754
Outras Despesas Operacionais	(75.811)				(75,811)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	18.778	(129.295)			12.754
Receitas (Despesas) Financeiras	(10.338)				(23.092)
Receitas Financeiras	71.465				12,754
Despesas Financeiras	(81.803)				(81,803)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	8.440	(129.295)			(93.786)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(104.759)	48.465			(56.294)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente	(6.095)				(6,095)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido	(98.664)	48,465			(50,199)
Prejuízo do Exercício	(96.319)	(80.830)			(150.080)
Atribuído aos Acionistas Controladores	(106.107)	(80,830)			(159,868)
Atribuído aos Acionistas não Controladores	9.788				9,788

Demonstração do Valor Adicionado

	Controladora		Ajustes		Reapresentado em 31/12/2014
	Divulgado em 31/12/2014	Equivalência Patrimonial	Reprocessamento Energia de Curto Prazo CCEE	Atualização Valor Novo de Reposição	
Receitas	76.218				76.218
Venda de Energia e Serviços	77.610				77,610
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.392)				(1,392)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(64.317)				(64.317)
Serviços de Terceiros	(60.594)				(60,594)
Material	(3.040)				(3,040)
Provisões/Reversões	(1.271)				(1,271)
Outros	588				588
Valor Adicionado Bruto	11.901				11.901
Retenções	(156)				(156)
Depreciação e Amortização	(156)				(156)
Valor Adicionado Líquido Produzido	11.745				11.745
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(99.890)	(80.830)			(153.651)
Receitas Financeiras	2.524				2,524
Resultado de Equivalência Patrimonial	(102.934)	(80,830)			(156,695)
Dividendos Recebidos	520				520
Valor Adicionado Total a Distribuir	(88.145)	(80.830)			(141.906)
Distribuição do Valor Adicionado	(88.145)	(80.830)			(141.906)
Empregados	11.883				11.883
Remunerações	11.755				11,755
FGTS	71				71
Benefícios Sociais	57				57
Impostos, Taxas e Contribuições	5.018				5.018
Federal	3.445				3,445
Estadual e Municipal	1.573				1,573
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.061				1.061
Aluguéis	875				875
Despesas Financeiras	186				186
Remuneração de Capitais Próprios	(106.107)	(80.830)			(159.868)
Prejuízo do Exercício	(106,107)	(80,830)			(159,868)

Consolidado

	Divulgado 31/12/2014	Políticas Contábeis e Correção de Classificação			Reapresentado 31/12/2014
		CVA – Regime de Caixa para Regime de Competência	Reprocessamento Energia de Curto Prazo – CCEE	Ressarcimento dos CCEARs	
Receitas	2.791.780	(142.475)			2.662.059
Venda de Energia e Serviços	2.718.371	(142,475)			2,575,896
Receita de Construção de Ativos Próprios	121.314				121,314
(Prov./Ir/Rev. de Estimativa de Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	(70.709)				(70,709)
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado	1.610				1,610
Outras Receitas	21.194			12,754	33,948
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.899.254)				(1.872.185)
Custos com Serviço de Energia Elétrica	(1.543.788)		27,069		(1,489,392)
Custos de Construção	(121.314)				(121,314)
Serviços de Terceiros	(190.549)				(190,549)
Material	(8.310)				(8,310)
Provisões/Reversões	11.283			(27,327)	(16,044)
Outros	(46.576)				(46,576)
Valor Adicionado Bruto	892.526	(142.475)			789.874
Retenções	(52.880)				(52.880)
Depreciação e Amortização	(52.880)				(52,880)
Valor Adicionado Líquido Produzido	839.646	(142.475)			736.994
Valor Adicionado Recebido em Transferência	56.537				43.783
Receitas Financeiras	70.748			(12,754)	57,994

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

O quadro seguinte resume os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2015		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	124.293	14,97%	18,71%	22,46%
		142.900	147.551	152.203
		(18.607)	(23.258)	(27.910)
Efeito da Variação do CDI				
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	128.854	12,52%	15,65%	18,78%
		144.987	149.020	153.053
		(16.133)	(20.166)	(24.199)
Efeito da Variação do CDI				

Alta do TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2015		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	99.293	7,50%	9,38%	11,25%
		106.740	108.602	110.463
		(7.447)	(9.309)	(11.170)
Efeito da Variação do TJLP				
Alta do TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	119.629	5,50%	6,88%	8,25%
		126.209	127.853	129.498
		(6.580)	(8.224)	(9.869)
Efeito da Variação do TJLP				

Alta do IGP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2015		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	9.325	6,63%	8,29%	9,95%
		9.943	10.098	10.252
		(618)	(773)	(927)
Efeito da Variação do IGP				
Alta do IGP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	24.659	5,71%	7,14%	8,57%
		26.067	26.419	26.771
		(1.408)	(1.760)	(2.112)
Efeito da Variação do IGP				

Alta do UMBNDES	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2015		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	19.092	4,10%	5,12%	6,14%
		19.874	20.070	20.265
		(782)	(978)	(1.173)
Efeito da Variação do UMBNDES				
Alta do UMBNDES	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	14.391	4,10%	5,12%	6,15%
		14.981	15.128	15.276
		(590)	(737)	(885)
Efeito da Variação do UMBNDES				

Impactos no Resultado		31/12/15		31/12/14	
Cenário Possível – Cenário Provável					
CDI		(4.652)	(4.033)		
TJLP		(1.862)	(1.645)		
IGPM		(155)	(352)		
UMBNDDES		(196)	(148)		
Cenário Remoto – Cenário Provável					
CDI		(9.303)	(8.066)		
TJLP		(3.723)	(3.290)		
IGPM		(309)	(704)		
UMBNDDES		(391)	(295)		

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2015		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	3.8492	4,26	5,325	6,39
	150.328	166.372	207.964	249.557
		(16.044)	(57.636)	(99.229)
Efeito da Variação do Dólar				
Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	2.6556	2,87	3,5875	4,305
	58.448	63.167	78.959	94.750
		(4.719)	(20.511)	(36.302)
Efeito da Variação do Dólar				

Impactos no Resultado		31/12/15		31/12/14	
Cenário Possível – Cenário Provável					
Dólar		(41.593)	(15.792)		
Cenário Remoto – Cenário Provável					
Dólar		(83.186)	(31.583)		

É imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas, não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

4.1.5 Risco operacional
Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

4.2 Gestão de capital
Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender suas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	31/12/2015	31/12/2014
Total dos Empréstimos e Financiamentos/Debtentures (Notas Explicativas nº 21 e 22)	408.083	321.111
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 5)	(78.043)	(66.006)
Dívida líquida	330.040	255.105
Total do Patrimônio Líquido	586.635	123.323
Total do Capital	916.675	378.428
Índice de Alavancagem Financeira – %	36,00	67,41

4.3 Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros do Grupo estão restritos a caixa e equivalentes de caixa; títulos de crédito a receber; contas a receber; valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros; ativo financeiro da concessão; debentures; empréstimos e financiamentos; obrigações societárias; benefícios pós-emprego; e encargos regulatórios, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o regime de competência.

4.3.1 Classificação
O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; ativos financeiros mantidos até o vencimento; e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

4.3.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são avaliados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças nos valores justos dos ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nessa categoria foram consideradas as aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5).

4.3.1.2 Ativos financeiros mantidos até o vencimento
O Grupo tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os ativos mantidos até o vencimento que se encontravam classificados neste grupo até 31 de dezembro de 2015 eram compostos de aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 12) e títulos de créditos a receber (Nota Explicativa nº 6).

4.3.1.3 Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem: caixa e bancos (Nota Explicativa nº 5); contas a receber (Nota Explicativa nº 6); e valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 8).

4.3.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados, inicialmente, pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O Grupo classificou o ativo financeiro indenizável da concessão dentro da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota Explicativa nº 11).

4.3.1.5 Passivos financeiros
O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debentures (Nota Explicativa nº 21); empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 22); fornecedores (Nota Explicativa nº 17); encargos regulatórios (Nota Explicativa nº 20); obrigações vinculadas à concessão (Nota Explicativa nº 28); e obrigações societárias.

4.3.2 Reconhecimento e mensuração
O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação, na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas, transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa em uma transação, na qual, todos os riscos e benefícios da titularidade são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando a Companhia ou suas controladas e coligadas têm o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Estimativa do valor justo
Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

4.4.1 Hierarquia do valor justo
O CPC 40/IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis para venda (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos não desempenho (non-performance risk), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40/IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir, mostra-se uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 – Os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas;

Nível 2 – Os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo; e Nível 3 – Os inputs não observáveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40/IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas seguintes demonstram, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Ativos Financeiros	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	10.080	10.080	43.606	43.606
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	3	3	34.437	34.437
Contas a Receber	Custo Amortizado		10.008	10.008	568.477	568.477
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				554.918	554.918
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				6.434	6.434
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.137	1.137
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			27.651	27.651
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.213	2.213	347.995	347.995
Debentures	Custo Amortizado				129.139	129.139
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				278.944	278.944
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	30.871	30.871
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				279.627	279.627
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				300.874	300.874
Obrigações Especiais	Custo Amortizado				117.546	117.546

Ativos Financeiros	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	7.163	7.163	37.474	37.474
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	14	14	28.532	28.532
Contas a Receber	Custo Amortizado		56.059	56.059	448.907	448.907
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				344.002	344.002
Mantidos até o Vencimento						
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.146	1.146
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			841.273	841.273
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		7.857	7.857	363.258	363.258
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				321.111	321.111
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	30.322	30.322
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				208.902	208.902
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				186.935	186.935

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos Conta Movimento	3	14	34.437	28.532
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	10.080	7.163	43.606	37.474
Total	10.083	7.177	78.043	66.006

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes (remuneração de 95% a 100% do Certificado de Depósito Bancário – CD).

6. CONTAS A RECEBER

6.1 Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			639.994	432.945
Títulos de Créditos a Receber			29.727	29.663
Serviços Prestados a Terceiros	52.469	76.345	58.379	82.531
Total a Receber Bruto	52.469	76.345	728.100	545.139
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(42.461)	(20.286)	(159.622)	(96.232)
Total a Receber Líquido	10.008	56.059	568.478	448.907
Circulante	10.008	56.059	548.842	441.174
Não Circulante			19.636	7.733

6.2 Valores a receber por idade de vencimento

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/12/2015	31/12/2014
Classes de Consumidor					
Residencial	77.287	67.482	23.999	168.768	88.301
Poder Público	18.581	18.722	66.583	103.886	72.691
Comércio, Serviços e Outros	56.576	36.597	22.995	116.168	69.722
Iluminação Pública	13.227	13.096	25.059	51.382	39.857
Serviço Público	14.208	-	8.345	22.553	16.463
Industrial	4.829	2.719	1.6		

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás S.A. rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2014 Reapresentado	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Circulante
CVA Passiva	(59.299)	(54.412)	79.897	(2.522)	(36.336)	(36.336)	(36.336)
Aquisição de Energia – (CVAenergia) (a)	(5.679)	(5.679)	2.561	(214)	(3.332)	(3.332)	(3.332)
Proinfra (a)	(268)	(711)	353	(38)	(664)	(664)	(664)
Encargos de Serviços de Sistema – ESS (a)	(57.692)	(48.022)	75.253	(1.879)	(32.340)	(32.340)	(32.340)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a)	(1.339)		1.730	(391)			
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(149.603)	(368.322)	288.626	(13.992)	(243.291)	(243.291)	(243.291)
Neutralidade da Parcela A	(3.296)		4.236	(940)			
Sobrecontratação de Energia (b)	(142.475)	(177.456)	219.792	(9.586)	(109.725)	(109.725)	(109.725)
Outros (b)	(3.832)	(190.866)	64.598	(3.466)	(133.566)	(133.566)	(133.566)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(208.902)	(422.734)	368.523	(16.514)	(279.627)	(279.627)	(279.627)

De acordo com o Contrato de Concessão nº 066/1999 (prorrogado até 7 de julho de 2045, conforme aditivo firmado em 9 de dezembro de 2015), o Reajuste Tarifário Anual – RTA ocorre no dia 26 de agosto de 2015. O mecanismo RTA tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita, obtida por meio das tarifas praticadas pela concessionária. A receita da concessionária de distribuição é composta por duas parcelas: a Parcela A, representada pelos custos não-gerenciáveis da empresa (encargos setoriais, encargos de transmissão e compra de energia para revenda); e a Parcela B, que agrega os custos gerenciáveis (despesas com operação e manutenção, despesas de capital). Na RTA, a Parcela A é totalmente recomposta de acordo com os custos vigentes naquele momento, enquanto a Parcela B é simplesmente atualizada pelo IGP-M, descontado do Fator X. Os componentes tarifários financeiros não fazem parte da base tarifária econômica e se referem a valores a serem pagos ou recebidos pelos consumidores em cada período de 12 meses, subsequentes aos reajustes ou revisões tarifárias. Dentre eles destacam-se:

- a) A CVA – Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – foi criada por meio da Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002. A conta tem por objetivo registrar as variações observadas entre os gastos efetivamente incorridos e os estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Seus valores são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- Dentre os custos da Parcela A cobertos pela CVA têm-se:
 - CVA Energia – Tem por objetivo registrar as diferenças incorridas entre o custo efetivo da compra de energia para atendimento do mercado da distribuidora e o custo tarifário homologado pela ANEEL no último reajuste tarifário. Em razão da crise energética atual, o custo com aquisição de energia elétrica mostra-se superior ao previsto pela ANEEL, quando do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2015.
 - CVA Encargos – Nesse grupo encontram-se coberturas para os seguintes encargos: CDE, Proinfra, ESS, Transporte de Itaipu e Rede Básica.
- b) Itens financeiros

• Diferimento parcial dos Componentes Financeiros: Em 19 de agosto de 2014, por meio da Carta nº 221/2014-DD, o Governo do Distrito Federal solicitou à concessionária o diferimento parcial de 3% de seus componentes financeiros. O montante diferido foi capturado na proporção de 17,47%, correspondente a R\$ 25.462, no reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2015. O saldo de R\$ 120.288, correspondente a 82,53%, deverá ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários da CEB, atualizado pela variação do IGP-M.

• Despacho nº 4.282/2013: Trata-se de valor a ser pago pela CEB D à Corumbá Concessões S.A., em virtude do Despacho nº 3.168/2013, cujos efeitos da obrigação de pagamento foram, para fins de repasse à tarifa dos consumidores da CEB D, considerados no processo tarifário da distribuidora.

• Diferencial Eletroneuclear: Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletroneuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 – 1ª Leilão, e seu valor está sendo mensalmente pago pelas distribuidoras à Eletroneuclear no período de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH nº 1.406/2012.

• Exposição de Submercados: Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004, as regras de comercialização prevêm mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrem com os CCEARs na modalidade de quantidade de energia.

9. DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Serviços em Curso (a)			26.530	30.225
Repactuação do Risco Hidrológico			21.116	
Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 (d)			9.680	27.820
Desativações em Curso (b)			9.001	8.514
Previdência Privada dos Empregados			7.442	5.417
Dividendo/JUSCP a Receber	9.090	12.637	6.612	7.752
Despesas Pagas Antecipadamente		15	4.775	3.420
Titulos de Crédito a Receber (c)			1.137	1.146
Crédito com Empregados	9	3	513	1.511
Coligadas e Controladas	265	184		
Outros Créditos	73		4.382	3.112
Total	9.457	12.839	91.188	88.917
Circulante	9.172	12.655	68.256	86.976
Não Circulante	285	184	22.932	1.941

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após seus termos, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- b) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente registrado em serviço na CEB-D, cujo valor de itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo Órgão Regulador.
- c) Títulos de crédito a receber: refere-se às ações preferenciais cumulativas e resgatáveis das classes A e B, emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controladora CEB Lajeado S.A.
- d) Refere-se à diferença mensal de receita – DMR, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE às unidades consumidoras da subclasse residencial baixa renda; e a subvenção da CDE para custear descontos tarifários.

10. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais on-line efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da controlada CEB D, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil; e cauções referentes a leilões de energia. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Bloqueios Judiciais	151	3.926	2.349	5.334
Cauções		727	1.573	9.656
Depósitos Recursais	673		6.151	5.215
(-) Provisão para Perdas de Depósitos Recursais			(6.978)	(6.320)
Total	824	4.653	3.095	13.885
Circulante				8.028
Não Circulante	824	4.653	3.095	5.857

11. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da CEB D e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa facturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A concessionária possui o direito condicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2015, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015, mostrada no quadro seguinte:

	Saldos em 31 de dezembro de 2013	
Adições		729.119
Baixas		103.799
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR – Valor Novo de Reposição		(4.399)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		841.273
Adições		55.160
Transferência Para Realização no Intangível		(874.590)
Atualização do Ativo Financeiro de Concessão a VNR		5.808
Saldos em 31 de dezembro de 2015		27.651

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. Não houve indícios de perda no valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

12. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado 31/12/2015
Principal – Banco <i>Credit Suisse</i> (a)	6.000
Rentabilidade – Banco <i>Credit Suisse</i> (a)	415
Principal – Banco Panamericano – CDB 006026GS (b)	19
Total	6.434
Não Circulante	6.434

- (a) Conforme Contrato de Cessão Fiduciária, formalizado entre a CEB Distribuição S.A. e o Credit Suisse, ficou estabelecido que fosse constituída reserva para garantir o pagamento da Remuneração de Descontinuidade por meio de certificados de depósito bancário, no montante de emissão equivalente a R\$ 6.000. Este valor está mantido em aplicação financeira com renda fixa – CDB, no Credit Suisse, cuja rentabilidade está fixada em 100% do CDI; e
- (b) A CEB Participações S.A., juntamente com os demais participantes do extinto Fundo de Investimento em Participação Corumbá – FIP possuem aplicação financeira em fundo de investimento do Banco Panamericano, CDB 006026GS, cujo montante total, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 391. A participação da Companhia neste fundo é de 5%, que representa um valor de R\$ 19. A remuneração deste fundo foi prefixada em 30,52% no período, conforme registro junto à CETIP. A intenção dos participantes do fundo é que a aplicação financeira seja resgatada somente por ocasião do seu vencimento, em 18 de dezembro de 2020.

13. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Tamanho	31/12/2015
Terreno	Sector Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m²	274.400
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial – Taguatinga	10.500 m²	896
Prédio	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 – Setor Industrial, Taguatinga	1.040 m²	673
Total			275.969

Os ativos estão reconhecidos pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda. A CEB Distribuição S.A. fez duas tentativas de vendas de terrenos, mediante licitações, em 17 e 18 de agosto e 14 de outubro de 2015. Não compareceram proponentes, restando desertos os certames licitatórios.

14. INVESTIMENTOS

14.1 Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015	31/12/2014
Avaliados por Equivalência Patrimonial	653.150	357.071	348.612	377.469
Propriedade Para Investimento			145	276.115
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.761	1.759	1.761	1.759
Total	658.143	362.062	353.750	658.575

14.2 Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

	Controladora			
	Capital Social Integralizado	Participação no Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Número de Ações Detidas nas Ações Ordinárias (%)
Investidas				
CEB Distribuição S.A.	580.532	348.093	100	100
CEB Lajeado S.A.	145.656	351.755	59,93	82.013.911
Corumbá Concessões S.A.	235.259	156.370	45,20	9,3
Energética Corumbá III S.A.	119.373	155.811	37,5	25
CEB Participações S.A.	41.271	43.813	100	100
CEB Geração S.A.	7.575	13.604	100	100
Companhia Brasileira de Gás S.A.	4.921	943	17	51
Total				30.600
				653.150
				357.071

A diferença do investimento registrado na Companhia e o resultado da aplicação do percentual de 59,93% sobre o patrimônio líquido da CEB Lajeado S.A. é devido ao registro, no patrimônio líquido da Empresa, de partes beneficiárias no valor de R\$ 151.225, emitidas a favor da Eletrobrás S.A., que integrou a negociação da reestruturação societária da Investco S.A.. As partes beneficiárias deverão ser convertidas em ações preferenciais ao final do período de concessão. A composição do investimento da Companhia na controlada CEB Lajeado S.A. e nas demais investidas está detalhada nos quadros seguintes:

Composição do Patrimônio Líquido da CEB Lajeado S.A	Patrimônio Líquido		Investimento Registrado		Não Controlador	
	Capital Social	Reservas de Capital (Partes Beneficiárias)	Reservas de Lucros	Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Reserva Especial Para Dividendo Obrigatório não Distribuído
Capital Social	145.655	87.291	58.364			
Reservas de Capital (Partes Beneficiárias)	151.225	151.225				
Reservas de Lucros	54.804	31.023	23.781			
Reserva Legal	16.147	9.405	6.742			
Dividendos Adicionais Propostos	27.694	15.488	12.206			
Reserva Especial Para Dividendo Obrigatório não Distribuído	10.963	6.130	4.833			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	71	40	31			
Total	351.755	118.354	233.401			

Investidas	Consolidado			
	Capital Social Integralizado	Participação no Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Número de Ações Detidas nas Ações Ordinárias (%)
Corumbá Concessões S.A.	218.966	156.370	47,55	9,3
Investco S.A.	804.459	1.079.083	20	20
Energética Corumbá III S.A.	119.373	155.811	37,5	25
Total				348.612
				377.469

14.2.1 Informações financeiras resumidas

Investidas	31/12/2015			31/12/2014		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.735.962	2.387.869	2.379.220	2.139.152	2.089.164	1.899.928
Corumbá Concessões S.A.	732.330	578.868	141.554	764.359	569.361	104.103
CEB Lajeado S.A.	397.619	45.864	112.016	373.949	43.731	117.966
Energética Corumbá III S.A.	230.966	75.317	36.523	234.127	82.734	35.387
CEB Participações S.A.	45.802	1.989	14.717	44.276	954	13.426
CEB Geração S.A.	17.311	3.709	14.491	14.642	2.361	17.713
Companhia Brasileira de Gás S.A.	1.217	274	4.375	1.662	276	3.629

14.2.2 Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
Investidas				
CEB Distribuição S.A.	75.664	75.664	(142.624)	(142.624)
CEB Lajeado S.A.	43.888	24.544	18.517	10.355
Energética Corumbá III S.A.	5.773	2.164	4.752	1.782
CEB Geração S.A.	7.458	7.459	8.018	8.018
Corumbá Concessões S.A.	(38.628)	(17.465)	(74.049)	(33.479)
CEB Participações S.A.	779	779	(659)	(659)
Companhia Brasileira de Gás S.A.	(443)	(76)	(5.19)	(88)
Total	94.491	93.069	(186.045)	(156.695)

Investidas	Controladora			
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2013	220.937	127.132	118.619	55.353
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(31.197)	(38)	(461)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(142.624)	10.355	(33.479)	1.782
Efeitos da Lei 12.973/2014 em Coligadas			3.021	
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(28.325)	19	39	
Ganho na Variação de Percentual			99	99
Saldo em 31 de dezembro de 2014	49.988	106.309	88.162	56.773
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(12.515)	(541)	(444)
Resultado de Equivalência Patrimonial	75.664	24.544	(17.465)	2.164
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	36.000			

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

	Consolidado							Imobilizado em Curso	Total
	Imobilizado em Serviço								
	Terenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.097	13.828	16.599	45.557	15.965	8.072	163	77.043	191.324
Adições			3.242	1.139	2.950	1.163	1	61.085	69.580
Transferências			1.365	(189)		221		(81.877)	(80.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	14.097	13.828	21.206	46.507	18.915	9.456	164	56.251	180.424
Adições			677	21	1.386		1	46.316	48.401
Baixas			(532)	(1.066)	(2)			(56.261)	(58.026)
Transferências			(30)					(234)	(622)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.097	13.828	21.883	45.666	19.235	9.454	107	45.907	170.177
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.504)	(6.720)	(28.130)	(9.259)	(3.074)	(130)		(52.817)	
Depreciação	(297)	(562)	(1.854)	(1.651)	(526)	(3)		(4.893)	
Transferências			118			(118)			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(3.801)	(9.282)	(29.866)	(10.910)	(3.718)	(133)		(57.710)	
Depreciação	(296)	(1.306)	(1.581)	(1.468)	(578)	(4)		(5.233)	
Baixas			307	1.504				1.811	
Transferências			68			40		108	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(4.097)	(10.588)	(31.072)	(10.874)	(4.296)	(97)		(61.024)	
Imobilizado Líquido – 31/12/2015	14.097	9.731	11.295	14.594	8.361	5.158	10	45.907	109.153
Imobilizado Líquido – 31/12/2014	14.097	10.027	11.924	16.641	8.005	6.738	31	56.251	122.714
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20,00%	10,00%			

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

15.2 Valores oferecidos em garantias

A Companhia ofereceu os terrenos localizados no Setor Norte, A-E 1N, Lotes G e H – Brazlândia-DF, em garantia de litígios fiscais junto a Receita Federal de Brasil. Os terrenos estão avaliados conforme laudo pelo valor total de R\$ 2.215.

16. INTANGÍVEL

	Controladora		Direito de Uso de Software	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo do Intangível				
Saldo em 31 de dezembro de 2014				83
Saldo em 31 de dezembro de 2015				83
Amortização Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2014				(4)
Amortizações				(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2015				(21)
Intangível Líquido – 31/12/2015				62
Intangível Líquido – 31/12/2014				79

	Consolidado					
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis		Direito de Exploração da Concessão	
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	245.080	95.318	53.352	3.598	158.946	556.294
Adições	5.228	103.798	83	13.842		129.951
Baixas	(30)	(146.831)				(146.861)
Obrigações Especiais	10.750	(46.539)				(35.789)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	261.028	5.746	53.435	17.440	158.946	496.595
Adições	120.340	105.662		9.680		224.522
Baixas	(16)	(106.078)				(106.094)
Transferências	874.590	(2.835)	6.716	(6.499)		883.132
Obrigações Especiais	(16.687)					(16.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.239.255	2.495	60.151	20.621	158.946	1.481.468
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(193.568)		(44.523)		(47.095)	(285.186)
Amortizações	(44.313)		(3.488)		(5.887)	(53.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(237.881)		(48.011)		(52.982)	(338.874)
Amortizações	(36.002)		(4.353)		(5.887)	(46.242)
Transferências			(217)			(217)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(273.883)		(52.581)		(58.869)	(385.333)
Intangível Líquido – 31/12/2015	965.092	2.775	7.570	20.621	100.077	1.096.135
Intangível Líquido – 31/12/2014	23.147	5.746	5.424	17.440	105.964	157.721

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios. A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

16.1 Direito de exploração de concessão de geração

A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A., detentora do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação de geração da Investivo S.A.. Esse direito se trata de uma operação de reestruturação societária que foi decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investivo S.A. e seus acionistas. Este instrumento estabeleceu para a CEB Lajeado S.A. o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe R, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investivo S.A., totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investivo S.A. com a Eletrobrás. Do total de R\$ 213.452, R\$ 54.506 representam o valor patrimonial das ações detidas na Investivo S.A. pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida. Como a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea b da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. O total do ágio, R\$ 158.946 mil, a ser amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resulta em R\$ 5.887 mil de amortização ao ano. Em setembro de 2015, a controlada CEB Lajeado S.A. realizou o teste de perda por redução no valor recuperável do direito de exploração da concessão. A base para realização do teste de recuperabilidade foi o fluxo de caixa descontado, que resultou em um valor presente de fluxo de caixa descontado de R\$ 362.490. Este montante, quando comparado com o valor contábil do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do valor contábil do direito de exploração da concessão, no montante de R\$ 332.771, não apresentou indicação de perda por redução no valor recuperável. A taxa de desconto usada foi de 9,53%, e tal utilização deveu-se ao fato de a Empresa não possuir dívida financeira no caixa livre foi realizado sob a ótica do acionista e foi utilizado o custo de capital próprio ratei depois dos impostos. A mencionada taxa foi divulgada pela ANEEL nos Processos de Resolução Tarifária – Proret, submódulo 12.3 – Custo de Capital da Geração. O período contemplado para elaboração dos fluxos de caixa foi até o fim da concessão, ou seja, o ano de 2032.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento de Energia Elétrica			281.341	292.312
Materiais e Serviços	2.213	7.857	56.547	59.396
Encargos de Uso de Rede Elétrica			9.918	11.349
Fornecedores de Gás			189	201
Total	2.213	7.857	347.995	363.258
Circulante	2.213	7.857	322.035	363.258
Não Circulante			25.960	

17.1 Eventos não recorrentes que impactaram a rubrica de suprimento de energia elétrica:

17.1.1 Diferença de tarifa de energia de Angra I e Angra II – Eletro nuclear

Corresponde à diferença de tarifa proveniente de alteração na regulamentação por parte da ANEEL, estabelecendo nova metodologia para cálculo da tarifa entre Furnas e Eletro nuclear. A Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, definiu que o diferencial entre essas tarifas seria rateado pelas concessionárias de distribuição atacadistas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. O valor do diferencial a que se refere o artigo 12º da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, apresentado por último pela Resolução nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, que compete à CEB D, era de R\$ 11.552, sujeito a encargos financeiros com base na variação do IPCA. O valor foi liquidado em 2015 e o montante totalizou R\$ 13.522.

17.1.2 Diferença de tarifa de energia adquirida de Corumbá Concessões S.A.

De acordo com o instrumento contratual, a dívida com Corumbá Concessões S.A., ocorreram atrasos na entrada em operação comercial definida originalmente no contrato. Para cumprir o contrato, a Empresa buscou energia no mercado de curto prazo. O preço da energia adquirida no curto prazo estava inferior ao preço contratado. Diante disso, a época, a ANEEL foi consultada e estabeleceu que a Resolução Normativa – RN nº 165, de 19 de setembro de 2005, se aplicava ao caso em questão. Referiu-se, inclusive, ao art. 3º, que previa o seguinte: "Qualquer que seja o custo incorrido pelo agente vendedor na celebração dos contratos de compra e venda de energia, só será considerado, para fins de repasse aos contratos de venda originais e, consequentemente, às tarifas dos consumidores finais, o menor valor entre, o valor da energia do contrato de compra; o Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, acrescido de 10% (dez por cento); ou o preço da energia no contrato de venda original". Em 17 de setembro de 2013, a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.168, contrariando o posicionamento constante do Ofício nº 326, declarou que não eram aplicáveis os termos da RN 165 ao Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado entre a Corumbá Concessões S.A. e a CEB Distribuição S.A., e que, portanto, o valor a ser aplicado no custo da compra da energia seria o valor original do contrato. Aplicando o preço original e as regras de correção previstas no instrumento contratual, resultou para a CEB Distribuição S.A. uma obrigação no montante de R\$ 42.705.

De acordo com o instrumento contratual, a dívida com Corumbá Concessões S.A. foi atualizada pelo IGP-M, resultando no montante de R\$ 1.040 de atualização monetária. Este montante foi integralmente repassado como componente financeiro à tarifa do consumidor final da CEB Distribuição S.A., conforme disposto na Resolução Homologatória nº 1.779, de 19 de agosto de 2014, que homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2014 da CEB D e fixou, em seu art. 10, o valor de R\$ 43.745, que começou a ser repassado à Corumbá Concessões S.A. pela CEB Distribuição S.A., em 12 (doze) parcelas mensais iguais, a partir de outubro de 2014. Em setembro de 2015, a obrigação foi liquidada.

17.1.3 Passivo decorrente de energia de curto prazo

No final do exercício de 2013, a CEB D constituiu provisão no montante de R\$ 117.396 devido à ausência de leituras dos consumos em linhas de interligação com Furnas e nas conexões de fronteira. Do total provisionado, R\$ 88.000 tiveram origem em duas linhas de interligação com Furnas, e a ausência de medição desde consumo ocorreu no período de abril a outubro de 2013. Durante o primeiro semestre de 2014, novos provisionamentos foram realizados, no montante de R\$ 29.376, devido às ausências de leituras de consumo nas conexões de fronteira das Linhas de Sambaíba (Furnas), com as subestações Ceilândia Norte e Sambaíba Oeste da CEB D.

Em maio de 2015, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE finalizou o reprocessamento dos valores objeto das provisões constituídas e o montante do reprocessamento totalizou de R\$ 124.347. O valor foi liquidado através de encontro de contas das operações de energia elétrica de curto prazo realizada pela CEB D na CCEE.

17.1.4 Parcelamento Itaipu Binacional

Em junho de 2015 a CEB D possui um passivo de USD 43.267, referente a faturas pendentes de pagamento da Energia do Repasse de Itaipu indimplidas até a data de 28 de fevereiro de 2015. Após negociação com a Eletrobrás, em 15 de julho de 2015 foi efetuado o pagamento de USD 21.448, o correspondente a R\$ 67.620. O saldo remanescente de USD 21.819 foi negociado em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento todo o dia 30 de cada mês, devendo o primeiro pagamento ser efetuado a partir da data de eficácia do contrato. Sobre o saldo devido incidirão juros remuneratórios de 1% ao mês, calculados pro rata die. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devido do parcelamento totalizou USD 18.306 (R\$ 70.464).

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

18.1 Resumo das obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	97.384	97.475	249.552	196.355
Outros Tributos	1.135	1.295	288.738	175.501
Total	98.519	98.770	538.290	371.856
Circulante	1.250	1.483	264.796	175.940
Não Circulante	97.269	97.287	273.494	195.916

18.1.1 Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	183.315	144.118
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.862	25.953	66.237	52.237
Total	97.384	97.475	249.552	196.355
Circulante	115	206	13.336	468
Não Circulante	97.269	97.269	236.216	195.887

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. Também é considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido. O quadro seguinte detalha a apuração do IRPJ e da CSLL:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	64.746	(158.699)	64.746	(158.699)	148.212	(93.786)	148.212	(93.786)
Exclusões Permanentes – Coligadas					1.620	551	1.620	551
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					(9.765)	(8.986)	(9.765)	(8.986)
Total do Resultado Tributado	64.746	(158.699)	64.746	(158.699)	140.660	(87.844)	140.660	(87.844)
Ajuste RTT					(196.707)		(196.707)	
Equivalência Patrimonial	(93.069)	156.695	(93.069)	156.695	33.547	24.419	33.547	24.326
Adições Permanentes, Líquidas	7.829	7.144	7.829	7.144	33.877	30.783	33.877	30.680
Adições Permanentes	7.829	7.665	7.829	7.665				
Perdas – Outras					552	717	552	717
Encargos/Gratificações/Alimentação de Diretores					26	85	26	85
Contribuições não Compensatórias					7.119	8.578	7.119	8.578
Juros Sobre Capital Próprio	7.829	6.151	7.829	6.151	557	490	557	490
Subvenção de Energia Elétrica								
Perda com Contas a Receber – Governo do Distrito Federal					18.042	12.854	18.042	12.854
Ultraapuração de Demanda e Excedente de Reativos					5.887	5.887	5.887	5.887
Amortização de Ágio Sobre Investimentos					1.514	74	1.528	74
Outras Adições	(521)	(330)	(521)	(330)	(330)	(330)	(330)	(330)
Exclusões Permanentes	(521)	(330)	(521)	(330)	(330)	(330)	(330)	(330)
Dividendos Recebidos					(265)	(585)	(265)	(585)
Juros Sobre Capital Próprio								
Depreciação/Amortização Acumulada – Reavaliação BRR 398/2010					657	2.157	657	2.157
Outras Exclusões					1.620	551	1.620	551
Adições/Exclusões Temporárias	22.320	(129)	22.320	(129)	(306			

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

25. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

25.1 Planos de benefícios
A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, que tem por objetivo complementar os benefícios assegurados pela previdência social aos empregados da CEB D, da FACEB e de seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano de Saúde da CEB – Assistencial	Assistência médica	Benefício definido	CEB D
Plano CEB-Saúde	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciários foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido. O plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A CEB D mantém junto à FACEB dois planos previdenciários, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a Empresa mantém para os seus empregados e familiares, planos de saúde que são administrados pela FACEB. No plano CEB-Saúde, a participação da controlada está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas. Dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde da CEB – Assistencial é administrado pela FACEB na forma de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Participam do plano, parte dos empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D. O custeio do plano é feito mediante pagamento de coparticipação pelos usuários, no momento em que o utilizam, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1). As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes ao plano previdenciário e plano de saúde; de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e um meses; informações contábeis posicionadas em 31 de dezembro de 2015; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo quanto aos planos previdenciários, de assistência e demissão são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Plano de Previdência	44.613	50.765
Plano de Assistência	46.478	302.987
Programa de Demissão Voluntária		2.010
Total	91.091	355.762
Circulante	69.465	60.863
Não Circulante	21.626	294.899

Os montantes no resultado relativos aos planos previdenciários e de assistência são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/03/2014
Previdência	5.395	1.948
Assistência	34.627	8.041
Total	40.022	9.989

25.2 Planos previdenciário e assistencial
As movimentações a valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor Presente das Obrigações Atuariais				
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício	(1.137.535)	(985.140)	(305.787)	(271.999)
Custo do Serviço Corrente	(9.486)	(11.012)	(174)	(2.463)
Custo de Juros	(136.163)	(116.247)	(36.603)	(37.862)
Ganhos/(Perda) Atuariais	100.553	(91.994)	281.468	(26.819)
Benefícios Pagos Pelo Plano	76.415	66.858	32.532	33.356
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.106.216)	(1.137.535)	(28.564)	(305.787)

Análise da obrigação atuarial dos planos:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.106.216	1.137.535	28.564	305.787
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.098.956)	(1.108.746)		
Valor Presente da Obrigação Coberta	1.098.956	1.108.746		
Valor Presente da Obrigação Sem Cobertura	7.260	28.789	28.564	305.787
Status dos Planos	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Sem Cobertura	Sem Cobertura

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	1.108.746	962.786		
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	132.717	113.609		
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Patrocinador	38.199	39.117	32.532	33.357
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	6.291	10.766		
Benefícios Pagos Pelo Fundo	(76.415)	(66.858)	(32.532)	(33.357)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(110.582)	49.326		
Valor Justo dos Ativos dos Planos no Final do Período	1.098.956	1.108.746		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	31/12/2015	31/12/2014
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial	7.260	28.789
Valor Presente da Obrigação Atuarial		
Ganhos/(Perdas) Atuariais não Reconhecidos (Item 92)		
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período (Saldo da Dívida com a FACEB)	44.608	52.276

Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço

Passivo (Ativo) Reconhecido no Início do Exercício	28.789	22.354
Contribuições Aportadas no Plano	(38.199)	(39.117)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	10.029	42.663
Despesas do Exercício	6.641	2.884
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	7.260	28.789

Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial

	Plano Assistencial	
	31/12/2015	31/12/2014
Valor Presente da Obrigação Atuarial sem Cobertura	286.920	305.787
Ganhos/(Perdas) Atuariais não Reconhecidos (Item 92)		
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período	277.791	305.787

Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço

Passivo (ativo) Reconhecido no Início do Exercício	305.787	271.999
Contribuições Aportadas no Plano	(32.532)	(33.357)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	(281.468)	26.819
Despesas do Exercício	36.777	40.326
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	28.564	305.787

25.2.1 Plano previdenciário
O Plano Complementar de Benefícios Previdenciários apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.106.216 que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.098.956 resultou em um déficit de R\$ 7.260, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 44.608, relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 31 de dezembro de 2015. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.119.321) foram deduzidos os valores registrados no balanço das obrigações operacionais (R\$ 4.832); exigível contingencial (R\$ 4.930); e fundos (R\$ 10.603), resultando no valor justo de R\$ 1.098.956, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam a cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciários se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de dezembro de 2015, um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2014, se deve à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/12/2015		31/12/2014	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.106.216	1.137.535		
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.098.956)	(1.108.746)		
Resultado	7.260	28.789		

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2016, calculada com base nos custos normais; no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial; nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano; e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

Custo do Serviço Corrente	2016
Custo dos Juros	6.732
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	146.860
Contribuições dos Participantes	(145.896)
Total da Despesa Estimada	(5.977)
	3.749

25.2.2 Plano de Benefícios CEBPREV
O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A.

Conforme o balançete desse plano posicionado em 31 de dezembro de 2015, as provisões matemáticas de benefícios a conceder são iguais a R\$ 20.170 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 20.170, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. Não existem benefícios concedidos no plano na data desta reavaliação e, além do patrimônio de cobertura do plano, existem fundos previdenciários no montante de R\$ 538 para dar suporte à solvência do plano de benefícios.

25.2.3 Plano CEB-Saúde
O plano CEB-Saúde não possui provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas. Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

25.2.4 Plano de saúde da CEB – Assistencial
Este plano é administrado pela FACEB como uma autarquia, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB, bem como os dependentes desses grupos, tendo ainda direito à remissão, o cômputo ou companheirismo, após o falecimento do titular.

As coberturas do plano permitem enquadrá-lo na segmentação assistencial hospitalar com obstetrícia e odontologia. O custeio do plano é feito mediante o pagamento de coparticipação pelos usuários, no momento em que o utilizam, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas.

Em 01 de setembro de 2015, a CEB obteve uma importante modificação na responsabilidade que lhe é atribuída com relação aos aposentados e pensionistas vinculados ao plano de saúde da CEB – Assistencial: foi julgada a ADI nº 2014002032005-2, cujo acórdão, publicado em 25 de setembro de 2015, declarou a inconstitucionalidade da lei distrital que garantia o plano de saúde para os aposentados e pensionistas. Foi mantida, contudo, a cobertura assistencial por um período de 18 meses, contados da publicação do acórdão, cujo prazo se encerrará em março de 2017 (Nota Explicativa nº 1.4.1.(ix)).

Diante do fato novo, a responsabilidade da CEB com relação aos benefícios de pós-emprego do plano de saúde da CEB – Assistencial ficou restrita ao período compreendido entre dezembro de 2015, data desta reavaliação, e março de 2017, verificando-se uma forte redução no valor da provisão relativa a esse benefício pós-emprego.

A avaliação atuarial do plano de saúde da CEB – Assistencial, posicionada em 31 de dezembro de 2015, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 28.561. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2015 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 1.500; b) passivo de longo prazo dos ativos: R\$ 575; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 19.484; e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R\$ 5.137.

O passivo líquido em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 305.787 e, computadas as variações ocorridas em 2015, conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido calculado atualmente em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 28.564, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o plano CEB-Assistencial. A variação na obrigação atuarial decorreu da modificação na taxa de juros, que passou de 6,20% para 7,34%; da redução no número total de beneficiários, que na reavaliação anterior era de 4.249 e passou para 3.879; e, principalmente, da publicação do Acórdão da ADI nº 2014002032005-2, que restringiu a cobertura do plano assistencial para os aposentados e pensionistas até março de 2017.

Despesa estimada para o exercício seguinte:

Custo do Serviço Corrente	2016
Custo dos Juros	183
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	3.792
Contribuições dos Participantes	(3.975)
Total da Despesa Estimada	3.975

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/12/2015		31/12/2014	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor Presente da Obrigação Atuarial	28.564	305.787		
Valor Justo dos Ativos do Plano				
Resultado	28.564	305.787		

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valores Reconhecidos na DRE				
Valor Justo do Serviço Corrente	9.486	(11.012)	174	2.463
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	(6.291)	(10.766)		
Custo de Juros	136.163	116.247	36.603	37.863
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(132.717)	(113.609)		
Total da (Despesa)/Receta Reconhecida no Período	6.641	2.884	36.777	40.326

O quadro a seguir mostra as estatísticas dos planos de benefícios conforme dados cadastrais:

	31/12/2015		31/12/2014	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos				
Quantidade	506	573		
Idade Média	50,27	50,11		
Tempo Médio de Serviço (anos)	25,1	24,71		
Tempo Médio Esperado de Serviço Futuro (anos)	6,48	6,87		
Valor do Salário Médio (R\$)	11.855,28	10.183,00		
Aposentados				
Quantidade	1.074	1.028		
Idade Média	66,2	65,92		
Benefício Médio (R\$)	5.473,39	4.767,02		
Pensionistas				
Quantidade	322	308		
Idade Média	64,07	62,98		
Benefício Médio (R\$)	1.635,16	1.338,92		

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa:

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Composição dos Ativos				
Disponível	0,01%	0,24%	0,00%	0,00%
Renda Fixa	89,81%	86,34%	0,00%	0,00%
Renda Variável	0,76%	1,44%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	5,06%	7,65%	0,00%	0,00%
Investimentos Imobiliários	1,66%	1,67%	0,00%	0,00%
Empréstimos com Participantes	2,72%	2,66%	0,00%	0,00%
Outras Exigibilidades e Depósitos Judiciais	-0,02%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Percentual dos Ativos do Plano	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%

25.2.5 Premissas atuariais

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Premissas Atuariais Adotadas				
Financeira				
Taxa de Juros Anual Para Cálculo do Valor Presente da Obrigação	7,34%	6,20%	7,34%	6,20%
Expectativa de Retorno do Valor Justo dos Ativos do Plano	13,28%	11,97%	0,00%	0,00%
Taxa Anual de Inflação	5,53%	5,43%	5,53%	5,43%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	5,53%	5,43%	5,53%	5,43%
Taxa Nominal de Crescimento dos Benefícios do Plano	5,53%	5,43%	5,53%	5,43%
Taxa de Crescimento Nominal Anual dos Custos de Saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%

Demográficas				
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Invalídios	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de Morbidez	Não Usada		Não Usada	

Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.

Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.

90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem.

Família informada no cadastro.

Comparativo Evolucionário do Retorno Esperado e o Retorno Real dos Ativos do Plano

Taxa Nominal de Rendimento Esperada Sobre os Ativos do Plano	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	13,28%	11,97%		

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno – Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSSL – 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2014 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817	188.817
Saldo em 30 de setembro de 2015 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817	188.817

29.2.2 Ganhos/Perdas nas variações percentuais em participações societárias (i) Energética Corumbá III S.A.

Em dezembro de 2011, foi contabilizada uma perda de capital por diluição de percentual no capital da controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A.. O valor desta perda, apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial, foi de R\$ 847. Em abril de 2013, houve novo aporte de capital, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista. Este fato gerou uma perda de R\$ 31. Outro evento ocorrido no mesmo exercício, foi a declaração de dividendos destinados a CEB, que em relação ao percentual de participação total sobre o capital social da controlada, gerou um ganho de R\$ 47. Em abril de 2014, os acionistas *Energy Power S.A.* e *Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.* realizaram aportes de capital no montante de R\$ 221. Esta operação, gerou um ganho de capital a favor da CEB no valor de R\$ 83. Ainda em 2014, houve ganho de R\$ 10, devido a diluição de percentual decorrente da declaração de dividendos da coligada Energética Corumbá III S.A.

Em abril de 2015, os acionistas *Energy Power S.A.* e *Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.* realizaram novo aporte de capital no montante de R\$ 87. Devido a esta operação, a CEB registrou um ganho de capital no valor de R\$ 93. A perda acumulada registrada com a controlada Energética Corumbá III S.A. na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, até 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 733.

(ii) Corumbá Concessões S.A.

Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A. se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram a opção de compra da totalidade das ações preferenciais nominativas classe B, de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na coligada na rubrica de ações em tesouraria, e gerou alteração na estrutura societária da Empresa. Desta forma, a participação do Grupo na coligada passou de 39,07% para 45,57%, gerando um ganho na variação de percentual de R\$ 18.623. Em 2014, ocorreu o registro R\$ 39, gerado por ganho decorrente de diluição de percentual, devido a dividendos pagos do exercício de 2013.

29.2.3 Perdas atuariais – Planos assistencial e previdenciário

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2013 perdas atuariais referente aos planos assistencial e previdenciário dos empregados da controlada CEB D, no montante de R\$ 165.240. O valor desta perda foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, de acordo com a regra estabelecida no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Em 31 de dezembro de 2015, o montante da perda atuarial foi revertido com base na declaração de inconstitucionalidade formal e material das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003 pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Nota Explicativa nº 1.2).

Em 31 de dezembro de 2015, a composição do saldo da rubrica ajustes de avaliação patrimonial foi a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	18.662	18.662
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III S.A.	(733)	(766)
Perdas Atuariais – Plano Assistencial		(186.441)
Outras Movimentações – Coligadas	68	53
Total	206.814	20.325

29.3 Resultado do período

No exercício de 2015, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 64.666 (R\$ 159.868 de prejuízo, em 31 de dezembro de 2014).

29.4 Reserva de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

29.5 Distribuição de dividendos

A política de dividendos da entidade consta no art. 9º do estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

• Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.

II – Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O art. 10º do estatuto apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozará de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.” Ainda, em parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Finalmente, o art. 38 parágrafo 1º, tem a seguinte redação: “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe B, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias”.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada uma delas, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.;
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasiliense de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

No exercício de 2015, a receita operacional bruta registrada pelo fornecimento de energia elétrica e prestação de serviços com o Governo do Distrito Federal (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Estado de Governo e demais órgãos), totalizou R\$ 436.702, representando 10,8% da receita operacional bruta consolidada (R\$ 371.271 – 13,0% da receita operacional bruta consolidada, em 31 de dezembro de 2014). Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos finds em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas no quadro seguinte:

30.1 Balanço Patrimonial por Segmento de Negócio

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado
Ativo												
Circulante	1.477.736	725.968	8.903	9.702	70.467	49.074	32.671	87.322	(33.556)	(32.972)	1.556.221	839.094
Ativo Realizável a Longo Prazo	193.691	1.004.930	3.803		33.433	9.973	9.137	4.861	(10.595)	5.934	229.469	1.025.698
Investimentos	145	276.114			219.485	232.537	626.082	415.823	(491.962)	(265.899)	353.750	658.575
Imobilizado	70.819	82.652	4.374	4.923	18.465	19.183	15.495	15.956			109.153	122.714
Intangível	993.571	49.196	231	17	101.570	107.458	763	1.049		1	1.096.135	157.721
Total do Ativo	2.735.962	2.138.860	17.311	14.642	443.420	418.225	684.148	525.011	(536.113)	(292.936)	3.344.728	2.803.802
Passivo												
Passivo Circulante	1.335.093	1.066.733	3.708	2.361	47.852	44.596	23.004	29.003	(34.150)	(27.332)	1.375.507	1.115.361
Passivo não Circulante	1.052.776	1.022.139			90	105.626	317.538	(10.001)	292	1.148.401	1.340.059	
Patrimônio Líquido	348.093	49.988	13.603	12.281	395.568	373.539	555.518	178.470	(726.146)	(490.955)	586.636	123.233
Acionistas não Controladores									234.184	225.059	234.184	225.059
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.735.962	2.138.860	17.311	14.642	443.420	418.225	684.148	525.011	(536.113)	(292.936)	3.344.728	2.803.802

30.2 Demonstração de Resultado por Segmento de Negócio

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.379.218	1.899.930	14.491	17.713	126.732	131.691	28.968	72.506	(122.206)	(128.352)	2.427.203	1.993.488
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(1.602.698)	(1.310.262)	553	(270)	(5.396)	(58.105)			121.343	127.577	(1.486.198)	(1.241.090)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(136.924)	(83.844)	(864)	(782)	(11.310)	(11.497)			864	771	(148.234)	(95.352)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(1.739.622)	(1.394.106)	(311)	(1.052)	(16.706)	(69.602)			122.207	128.348	(1.634.432)	(1.336.412)
Pessoal	(180.156)	(184.637)	(2.638)	(2.860)	(2.498)	(2.576)	(11.154)	(12.472)			(196.446)	(202.545)
Material	(6.197)	(5.210)	(26)	(48)	(6)	(8)	(816)	(3.045)			(7.045)	(8.311)
Serviço de Terceiros	(123.494)	(121.059)	(2.928)	(4.287)	(4.531)	(5.818)	(21.730)	(55.538)			(152.683)	(186.702)
Depreciação e Amortização	(47.167)	(45.494)	(336)	(357)	(6.601)	(6.600)	(363)	(429)			(54.467)	(52.880)
Provisões/Reversões	81.483	(16.598)									80.491	(19.130)
Custo de Construção	(82.781)	(121.314)	2	(44)	(90)	(1.217)	(904)	(1.271)			(82.781)	(121.314)
Estimativas (Reversão) de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(63.045)	(69.317)							(22.174)	(1.392)	(85.219)	(70.709)
Arrendamento					(41.850)	(40.131)					(41.850)	(40.131)
Outras	16.563	537	(874)	(1.205)	(5.385)	(6.667)	(3.283)	(3.789)		4	7.021	(11.120)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(404.794)	(563.092)	(6.800)	(8.801)	(60.961)	(63.017)	(60.424)	(77.936)	4	(532.979)	(712.842)	
Equivalência Patrimonial					13.087	16.769	93.069	(102.934)	(108.369)	71.237	(2.213)	(14.928)
RESULTADO BRUTO	234.802	(57.268)	7.380	7.860	62.152	15.841	61.613	(108.364)	(108.368)	71.237	257.579	(70.694)
Recicla Financeira	124.706	45.592	896	1.140	8.058	8.884	2.780	3.095	(1.660)		134.780	58.711
Despesa Financeira	(243.437)	(80.749)	(69)	(43)	(2.214)	(825)	(186)	(1.660)			(244.147)	(81.803)
RESULTADO FINANCEIRO	(118.731)	(35.157)	829	1.097	5.844	8.059	2.691	2.909			(109.367)	(23.092)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	116.071	(92.425)	8.209	8.957	67.996	23.900	64.304	(105.455)	(108.368)	71.237	148.212	(93.786)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente			(753)	(939)	(18.600)	(3.987)	(80)	(1.169)			(19.433)	(6.095)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(40.407)	(50.199)			147						(40.260)	(50.199)
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	75.664	(142.624)	7.456	8.018	49.543	19.913	64.224	(106.624)	(108.368)	71.237	88.519	(150.080)
Atribuível ao Acionista Controlador											64.666	(159.868)
Atribuível aos Acionistas não Controladores											23.853	9.788

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita Operacional Líquida	2.379.218	1.899.930	14.491	17.713	126.732	131.691	28.968	72.506	2.549.409	2.121.840
Receita Entre Segmentos	(864)	(775)			(121.342)	(127.577)			(122.206)	(128.352)
Receitas com Clientes Externos	2.378.354	1.899.155	14.491	17.713	5.390	4.114	28.968	72.506	2.427.203	1.993.488

30.3 Fluxo de Caixa por Segmento de Negócio

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Atividades:												
Operacionais	(89.527)	(4.142)	4.024	8.441	44.200	13.509	38.013	(1.902)	(20.609)	(45.102)	(23.900)	(29.196)
Investimento	(25.212)	(44.456)		(84)	(9.472)	(2.115)	(35.248)	(120)	44.719	1.888	(25.214)	(42.987)
Financiamento	120.770	57.377	(4.706)	(10.626)	(30.803)	(48.562)			(24.110)	43.214	61.151	41.403
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	6.031	8.779	(682)	(2.269)	3.925	(35.268)	2.765	(2.022)			12.037	(30.780)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	30.846	22.066	7.170	9.440	20.420	55.688	7.570	9.592			66.006	96.786
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	36.877	30.845	6.488	7.171	24.347	20.420	10.331	7.570				

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)			
		Controladora	
	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		19.383	68.902
Contas a Receber, Líquido da EPCLD		10.008	56.059
Governo do Distrito Federal			
Demais Ativos	a	10.008	56.059
Dividendos/JSCP		9.375	12.843
CEB Lajeado S.A.	b	9.090	12.659
CEB Geração S.A.		1.432	
CEB Participações S.A.		444	
Energética Corumbá III S.A.		559	482
Outras Operações		285	184
CEB Distribuição S.A.	c	285	184
Passivo		19.670	21.583
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal			
Demais Obrigações	d	18.623	18.623
CEB Distribuição S.A.		1.047	2.960
CEB Distribuição S.A.	e	880	2.793
CEB Distribuição S.A.	f	167	167

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)			
Receitas		30.002	77.610
Receita de Prestação de Serviços		28.869	77.610
Governo do Distrito Federal			
Variação Monetária de Dividendos	g	28.869	77.610
CEB Lajeado S.A.		380	
Encargos de Mútuo	h	380	
CEB Distribuição S.A.		753	
Despesas	i	753	
Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		22.175	1.396
Governo do Distrito Federal			
Outras Despesas		22.175	1.392
Despesa de Locação de Imóvel	j	22.175	1.392
CEB Distribuição S.A.			4
CEB Distribuição S.A.	k		4

- a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;
- b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das controladas;
- c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D, que serão repassados através de encontro de contas à CEB;
- d) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;
- e) A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;
- f) Refere-se a valores a pagar de depósitos de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB, que serão repassados, através de encontro de contas, à CEB D;
- g) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Em 2015 o valor faturado destes serviços totalizou R\$ 28.869 (R\$ 77.610 em 2014), apresentando margem líquida média por contrato de 6,7%;
- h) Trata-se de atualização monetária dos dividendos a receber da controlada CEB Lajeado S.A. pela variação do INPC;
- i) Diz respeito aos encargos do empréstimo (mútuo) realizado com a controlada CEB Distribuição S.A., cuja remuneração tem por base 97 % do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e que foi objeto de conversão em adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC nos meses de outubro e novembro de 2015;
- j) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de IP por serviços prestados pela CEB; e
- k) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M com vencimento em 17 de fevereiro de 2014. O contrato foi rescindido em janeiro de 2014 e teve sua última parcela paga em fevereiro do mesmo exercício.

33.3.2 Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)			
		Consolidado	
	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		91.786	124.611
Contas a Receber, Líquida da PCLD		84.590	116.255
Corumbá Concessões S.A.	a	244	200
Energética Corumbá III S.A.	a	65	53
Governo do Distrito Federal			
Demais Ativos	b	84.281	116.002
Dividendos/JSCP		7.196	8.356
Energética Corumbá III S.A.	c	6.610	7.773
Investco S.A.		559	482
Investco S.A.		6.051	7.291
Outras Operações		586	583
Governo do Distrito Federal	d	586	583
Passivo		282.079	496.800
Fornecedores		18.261	53.074
Corumbá Concessões S.A.	e	12.399	48.727
Energética Corumbá III S.A.	e	5.862	4.347
Contribuição de Iluminação Pública		245.195	213.103
Governo do Distrito Federal	f	245.195	213.103
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal	g	18.623	18.623
Outras Obrigações		212.000	
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – Governo do Distrito Federal	h		212.000

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)			
		Consolidado	
	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		441.203	374.638
Receita de Comercialização de Energia	i	4.182	2.948
Corumbá Concessões S.A.		3.317	2.332
Energética Corumbá III S.A.		865	616
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		436.702	371.271
Governo do Distrito Federal	j	436.702	371.271
Receita de Dividendos/JSCP		319	419
BSB Energética S.A.	k	37	222
Energética Corumbá III S.A.		18	
Investco S.A.	k	264	197
Despesas		229.486	224.018
Energia Comprada para Revenda		183.348	176.314
Corumbá Concessões S.A.	l	145.066	139.683
Energética Corumbá III S.A.	l	38.282	36.631
Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		46.138	47.704
Governo do Distrito Federal	m	46.138	47.704

- a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;
- b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestado ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;
- c) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;
- d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;
- e) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 07 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão da CEB D. Os valores das tarifas praticadas em 31 de dezembro de 2015 para estes contratos são R\$ 219,58 MWh e R\$ 228,86 MWh, respectivamente, atualizados pelo IGP-M;
- f) A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF. Em 31 de dezembro de 2015, o montante a repassar ao GDF era de R\$ 245.195, atualizado pelo INPC;
- g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador com data de pagamento para 30 de abril de 2016, conforme Ofício nº 889/2013-GAB/SEF;

RELATÓRIO DA AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.

Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.** (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente,das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as práticas contábeis e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA

REFERÊNCIA: 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

RELATOR: Fernando Oliveira Fonseca, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

INTERESSADO: Companhia Energética de Brasília - CEB

ASSUNTO: Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

RESOLUÇÃO: A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como submetê-los à apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, com vistas à posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, na forma prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

ARI JOAQUIM DA SILVA Diretor-Presidente	FERNANDO OLIVEIRA FONSECA Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO Diretor Técnico	HAMILTON CARLOS NAVES Diretor de Regulação e Planejamento Estratégico

		Controladora	
	Notas	31/12/2015	31/12/2014
		19.383	68.902
		10.008	56.059
	a	10.008	56.059
		9.375	12.843
	b	9.090	12.659
		6.655	12.177
		1.432	
		444	
		559	482
		285	184
	c	285	184
		19.670	21.583
		18.623	18.623
	d	18.623	18.623
		1.047	2.960
	e	880	2.793
	f	167	167

		Controladora	
	Notas	31/12/2015	31/12/2014
		30.002	77.610
		28.869	77.610
	g	28.869	77.610
		380	
	h	380	
		753	
	i	753	
		22.175	1.396
		22.175	1.392
	j	22.175	1.392
			4
	k		4

h) Representa o valor dos adiantamentos para futuro aumento de capital – AFACs do Governo do Distrito Federal – GDF, para aportes no capital da Companhia Energética de Brasília – CEB;

i) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

j) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) e do fornecimento de energia elétrica ao Governo do Distrito Federal – GDF. O serviço de fornecimento de energia elétrica apresentou um montante de R\$ 407.833 (R\$ 293.661, em 31 de dezembro de 2014), que é cobrado de acordo com a tarifa homologada pela ANEEL. Para os serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública, os valores são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF. Estes serviços totalizaram o montante de R\$ 28.869 (R\$ 77.610, em 31 de dezembro de 2014), apresentando margem líquida média por contrato de 6,7%;

k) Representa a receita de dividendos recebidos pela CEB e pela controlada CEB Lajeado S.A., pelos investimentos em participações societárias nas empresas BSB Energética S.A. e Investco S.A, respectivamente;

l) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 07 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão. Os valores das tarifas praticadas em 31 de dezembro de 2015 para estes contratos são R\$ 219,58 MWh e R\$ 228,86 MWh, respectivamente, e são atualizados pelo IGP-M; e

m) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, de créditos vencidos há mais de 360 dias, cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D, no montante de R\$ 23.963, e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB, no valor de R\$ 22.175.

33.3.3 Operações com a FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB. Vide detalhes das transações na Nota Explicativa nº 25.

33.4 Acordo de cooperação técnica

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378, autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal – GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos recíprocos.

34. SEGUROS

Em 30 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos até 30 de dezembro de 2016, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.436 e a importância segurada de R\$ 528.053. Os bens das usinas UHE Luis Eduardo Magalhães, UHE Queimado, UHE Corumbá III e UHE Corumbá IV, também estão devidamente segurados.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1 Repactuação do Risco Hidrológico – Acordo GSF

A ANEEL, de acordo com o Despacho nº 330, publicado em 10 de fevereiro de 2016, anuiu às repactuações dos riscos hidrológicos das empresas CEB Participações S.A.; CEB Lajeado S.A. e CEB Geração S.A., referentes aos empreendimentos UHE Queimado, UHE Luis Eduardo Magalhães e UHE Paranoá.

Em 17 de fevereiro de 2016, a CEB Participações S.A. firmou o Termo de Repactuação de nº 101/2016, com vigência até 17 de dezembro de 2032. Na mesma data, a CEB Lajeado S.A. assinou o Termo de Repactuação nº 102/2016, com encerramento em 15 de dezembro de 2032. A CEB Geração S.A., por sua vez, repactouou seus contratos até 29/04/2020, como estabelecido no Termo de Repactuação de nº 103/2016.

35.2 Plano Assistencial – FACEB – Inconstitucionalidade das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003

O Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme o Acórdão n.º 893733, disponibilizado na Edição nº 181/2015, do Diário da Justiça, de 25 de setembro de 2015, julgo procedente a ADI n.º 2014002032055-2. Nesta decisão, com eficácia *erga omnes*, foi declarada a inconstitucionalidade formal e material das Leis n.º 3.010/2002 e nº 3.199/2003. Tais diplomas legais “*dispõe sobre a extensão de benefícios do plano assistencial a ex-empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB e dá outras providências*”, restringindo a eficácia da declaração para que só produza seus efeitos após o prazo de dezoito meses, a contar da publicação do acórdão.

Em cumprimento ao disposto no artigo 129, caput, do Regimento Interno do Tribunal, o acórdão foi republicado na Edição nº 37/2016 do Diário de Justiça, de 26 de fevereiro de 2016, não cabendo mais recurso da decisão.

36. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	Reapresentado	31/12/2014	Reapresentado
		64.746	(158.699)	148.212	(93.786)

Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período

Depreciação e Amortização

Resultado de Equivalência Patrimonial